

IV A sociedade medieval

Capítulo 26

A Alta Idade Média: o Império Bizantino

Constantino fundou Constantinopla (hoje Istambul) em 330, no lugar onde existia a colônia grega de Bizâncio. Seu primeiro nome foi Nova Roma. A localização geográfica era privilegiada: entre Europa e Ásia, na passagem do Mar Egeu para o Negro, cercada de água por três lados e protegida por muralhas. Estes fatores contribuíram para a longa duração do Império Romano do Oriente, criado por Teodósio em 395. A cidade só caiu em 1453 porque Maomé II destruiu-lhe as muralhas com poderosos canhões, fabricados por engenheiros saxões.

Constantinopla representava a síntese dos mundos greco-romano e oriental. Enquanto o Império ocidental ruía, mantinha a unidade do oriental, que abrangia Península Balcânica, Ásia Menor, Síria, Palestina, norte da Mesopotâmia e nordeste da África.

1. Justiniano, a lei e a Igreja

O Império Bizantino atingiu o máximo esplendor no governo de Justiniano (527-565), macedônio filho de camponeses, sobrinho do general Justino, que se havia tornado imperador através de um golpe militar. Justiniano casou com uma atriz, Teodora, que exerceu decisiva influência sobre a administração, orientando muitas decisões do marido.

Justiniano, o legislador, mandou elaborar o *Digesto*, manual de Direito, coletânea de leis redigidas por grandes juristas; as *Institutas*, que reuniam os princípios fundamentais do Direito Romano; e o *Código Justiniano*. As três obras foram reunidas no *Corpo do Direito Civil*.

Justiniano, o teólogo, procurou unir o mundo oriental e o ocidental pela religião. Em sua época, uma heresia voltou, sob a forma do *monofisismo*. Era a doutrina de Nestório. Seus adeptos afirmavam que Cristo tinha apenas natureza divina; ao contrário da tese do papa Leão I, aprovada em 451 no Concílio Ecumênico de Calcedônia, estabelecendo que Cristo tinha duas naturezas em uma só pessoa: a humana e a divina.

O monofisismo comportava aspectos políticos e manifestava-se como reação nacionalista contra o Império Bizantino. Por isso era mais forte na Síria e no Egito, regiões dominadas por Constantinopla. Os hereges tinham um forte aliado: a imperatriz Teodora.

Justiniano queria uma Igreja unificada, para usá-la como apoio de seu governo. Isto explica seu *cesaropapismo*, isto é, sua constante intervenção na Igreja. Para não desagradar ao papa, tentou conciliar a heresia com a ortodoxia. Mas acabou pondo sob sua influência o próprio papa e a Igreja do Ocidente, que passou a assumir traços da Igreja do Oriente.

2. A revolta Nika

Gastos militares forçaram a elevação dos impostos. A população de Constantinopla odiava os funcionários do fisco. Em 532 explodiu a revolta Nika (do grego *nike*, vitória, que os revoltosos gritavam). Verdes e Azuis, os dois principais

partidos políticos e esportivos que concorriam no hipódromo, rebelaram-se, instigados por aristocratas *legitimistas* (partidários da dinastia legítima, já que Justiniano fora posto no trono pelo tio, usurpador do poder). A firmeza de Teodora e a intervenção do general Belisário salvaram Justiniano. Os revoltosos foram cercados e mortos no hipódromo.

3. Política externa e mais problemas

Justiniano procurou reconstruir todo o Império. Estabeleceu “paz perpétua” com os persas e conteve o avanço búlgaro. Então, iniciou as guerras de conquista no Ocidente.

Belisário reconquistou a África, trabalho facilitado pelas disputas entre arianismo e cristianismo que atingiam os vândalos. Houve problemas maiores na Itália. Os ostrogodos a dominavam havia tempos, até com apoio de imperadores romanos do Oriente. Justiniano de novo se impôs à custa da divisão, agora entre os sucessores de Teodorico, fundador do Reino Ostrogótico da Itália. Em 524, os bizantinos conquistaram a Espanha meridional aos visigodos.

A reconstrução durou pouco. Os lombardos, povos germânicos que Justiniano tinha estabelecido na Panônia, ocuparam o norte da Itália. África e Espanha caíam nas mãos dos árabes, que anexariam também Egito, Palestina, Síria e Mesopotâmia.

Outros problemas sobrevieram. A falta de dinheiro atrasava o salário dos soldados. Pestes e ataques bárbaros faziam aumentar o poder dos proprietários, pois o governo era incapaz de garantir a segurança.

Constantinopla, cansada de impostos e autoritarismo, recebeu a morte de Justiniano com júbilo. Mas as dificuldades cresceram nos séculos seguintes. Árabes e búlgaros intensificaram as tentativas de entrar no Império, que se viu às voltas com uma disputa religiosa, o *Movimento Iconoclasta*, isto é, destruidor de imagens (ícones). O imperador queria obrigar o povo a adorar só a Deus, de imagem irrepresentável.

O Império Bizantino orientalizou-se, até abandonou o latim em favor do grego. No século XI, declinou mas se recuperou; sobreviveria até o fim da Idade Média.

4. A cultura bizantina

A posição geográfica favoreceu o desenvolvimento comercial e industrial de Constantinopla, que possuía numerosas manufaturas, como as da seda.

A maior realização cultural de Justiniano foi a igreja de Santa Sofia, simples por fora, suntuosa por dentro: a cúpula apoiada em colunas, terminadas em capitéis ricamente trabalhados. Artistas revestiram-na de mosaicos em azul e verde sobre fundo negro, com figuras geométricas ou animais e, destacadas, cenas do Evangelho e a imagem de Cristo.

Ravena, sede bizantina na Itália, era um dos centros produtores de belíssimos mosaicos. A arte bizantina combinava o luxo e a exuberância orientais com o equilíbrio e a sobriedade dos romanos. Sua mais alta expressão está nas igrejas, inspiradas na arquitetura persa, coroadas de majestosas cúpulas, distintas do estilo das basílicas romanas.

Questões propostas

1. Resuma a história de Constantinopla, levando em conta os fatores geográficos.
2. Quem foi o grande imperador Justiniano e quais suas principais realizações no plano interno?
3. Quais as principais realizações de Justiniano no plano externo?
4. Qual a maior realização cultural do governo Justiniano?
5. O que caracterizou a arte bizantina?

Capítulo 27

O Islão e seu contato com o Ocidente

A palavra *Islão* tem significado religioso e político. Designa o *mundo dos crentes*, dos que acreditam num só Deus e obedecem a um só chefe, Maomé, e a seus sucessores, os *califas*. Trata-se de um Estado teocrático: chefe religioso e chefe político são um só.

Para entender a unificação da Arábia de Maomé, é preciso conhecer a vida dos árabes nos séculos anteriores ao surgimento do islamismo. A Arábia é uma península árida do Oriente Médio, banhada ao sul pelo Oceano Índico; a oeste pelo Mar Vermelho; e a leste pelo golfo Pérsico. Ao norte, a Arábia pré-islâmica limitava-se com a Palestina.

1. O deserto e o litoral

A Arábia do deserto ocupa o centro da península. É formada por zonas pedregosas, dunas, vales de rios secos e oásis, poços de água que tornam possível a vida no deserto.

Havia constantes guerras curtas, as *razias*, na disputa pelos poços. O vencedor tinha direito aos bens do vencido, o *butim*. Os habitantes do deserto, *beduínos*, colhiam tâmara e trigo e criavam ovelhas, cabras e camelos. A vida era dura. A população, sempre grande devido à poligamia, era obrigada a jejuar, o que ocorria em geral no mês do jejum obrigatório, o *ramadã*. Os beduínos eram politeístas, adoravam ídolos, as forças da natureza (*animismo*); e eram fetichistas, acreditavam em talismãs e amuletos. Todo ano peregrinavam à cidade santa de *Meca*.

No litoral, podia-se praticar a agricultura. Ao sul, no Iêmen (Arábia Feliz), destacava-se *Áden*, entreposto de produtos do Oriente. Para ali se dirigiam comerciantes, transportando produtos pelo Mar Vermelho até o Mediterrâneo ou pelo Golfo Pérsico, até Baçora, no atual Iraque.

Meca, centro religioso, levava vantagem. Lá havia um poço sagrado, Zem-Zem, e um templo, a Caaba; dentro da Caaba, a Pedra Negra, protegida por uma tenda de seda preta. Também havia o Vale da Mina, onde Ismael, tentado, afugentou o

demônio a pedradas; e o Monte Arafat, centro de meditações noturnas. Ao chegar, os beduínos iam ao Vale da Mina para apedrejar o demônio; passavam a noite meditando no Arafat; bebiam a água do poço; beijavam a Pedra Negra; e davam sete voltas em torno da Caaba: estavam purificados e prontos para a feira.

Comerciantes da tribo *coraixita* monopolizavam os negócios e guardavam o templo. Portanto, tinham interesse na preservação do politeísmo.

2. Maomé e a conversão

Maomé nasceu em 570 ou 571 em Meca. Sua família, pobre, era *axemita*, da tribo coraixita. O pai morreu cedo e o menino ficou aos cuidados do avô, que o levou para o deserto. Voltando a Meca aos 15 anos, entrou para o comércio das caravanas e logo se destacou. As expedições exigiam habilidade militar, pois sofriam constantes ataques. Maomé casou com Cadija, viúva rica de Meca, sua parenta.

Nas viagens por Egito, Palestina e Pérsia, Maomé ficou influenciado pelo monoteísmo. O casamento lhe dera estabilidade material e ele pôde dedicar-se à organização de seu sistema religioso, apoiado no cristianismo e no judaísmo: um *sincretismo*, isto é, fusão de elementos de religiões diferentes.

Maomé passou a ter ataques. Contorcia-se, caía no chão. Passava noites meditando no Monte Hira. Aos 40 anos, teve a primeira visão do anjo Gabriel, que lhe disse: "Há um só deus, Alá, e um só profeta, Maomé". Contou sobre esta e outras aparições aos parentes e os foi convertendo. Confiante, passou a pregar aos coraixitas. As reações foram de estupefação, depois desprezo e, finalmente, perseguição.

3. O islamismo se difunde

Maomé passou a pregar aos beduínos, que não tinham riquezas a defender. Falava-lhes do paraíso, um jardim das delícias, com água fresca, alimentos saborosos, belas mulheres (*huris*) e a visão de Alá, que provocaria um êxtase sensual. Os beduínos não demoraram em seguir Maomé e os coraixitas o proibiram de pregar.

Em 622, para provar que era o profeta de Alá,

Maomé fez um milagre: quebrou a lua. Tratava-se de um eclipse, do qual talvez Maomé tivesse sido informado por um escravo instruído, Said. Os coraixitas mandaram assassiná-lo, mas ele, avisado a tempo, fugiu para Iatreb, onde já possuía adeptos; é a *Hégira*, que marca o início do calendário muçulmano.

Rejeitado pelos judeus de Iatreb, Maomé acusou-os de traição, por não ajudar na defesa da cidade, atacada por Meca. Mandou matá-los em massa; os que restaram, fugiram. Iatreb tornou-se assim *Medinat en Nabi*, isto é, a Cidade do Profeta, ou simplesmente Medina.

Vendo que a conversão não progredia por meios pacíficos, Maomé passou a pregar a *Guerra Santa*, que teve início contra as caravanas. Prejudicados, os coraixitas aceitaram Maomé, com a condição de que ele preservasse os ídolos de Meca; e, em 629, assinaram o Tratado de Hodaibya. Quando o número de seguidores tornou-se grande, Maomé tomou Meca e destruiu os ídolos da Caaba. Os coraixitas que resistiram foram mortos. Nesse ano, 630, nasce o Islão.

Maomé morreu em Medina, onde construiu a mesquita de Kuba. De sua torre (minarete), o muezim chamava os crentes para a oração. Pela tradição, Maomé subiu aos céus em 632 (ano 10 da Hégira).

Fatores da expansão

A doutrina islâmica adota pregações de Moisés, Cristo, Ezequiel e outros. A moral é semelhante à do cristianismo, dos Dez Mandamentos. O crente tem cinco obrigações fundamentais: dar esmola proporcional aos bens que possui; jejuar no ramadã; peregrinar a Meca; fazer cinco orações diárias voltadas para Meca; mover a Guerra Santa aos infiéis. O conjunto de crenças está reunido em dois livros, o *Alcorão*, espécie de bíblia; e o *Suna*, com ensinamentos e fatos da vida de Maomé recolhidos por sucessores dele.

Segundo o *Alcorão*, só os parentes de Maomé poderiam substituí-lo, mas o *Suna* não dizia a mesma coisa. Com isso, surgiram duas seitas rivais, a dos *sunitas* e a dos *xiitas*. Os coraixitas convertidos aderiram à seita sunita. E passaram a disputar o poder com os parentes de Maomé.

A expansão islâmica foi fulminante. No plano econômico, explica-se pela atração que o botim

exercia sobre os árabes. Do ponto de vista social, teve muita importância a necessidade de encontrar novas terras para as numerosas populações da Arábia. Teve grande influência também a capacidade de integração dos árabes com povos dominados. No plano político, era indispensável a unificação do mundo árabe, que desse origem a um verdadeiro Estado. No aspecto religioso, havia a obrigação da Guerra Santa, sustentada pela atração do paraíso: o crente sabia que, ao morrer em combate, teria uma grande recompensa.

Havia outros fatores fora do domínio árabe. Os dois impérios mais fortes da época, o Bizantino e o Persa, combatiam-se fazia séculos. No Ocidente, também estavam enfraquecidos os germânicos, sucessores do Império Romano. Além disso, os árabes permitiam certa liberdade religiosa aos povos que não queriam converter-se. Bastava que pagassem o imposto do infiel, mais leve que os impostos cobrados por bizantinos e persas.

Etapas da expansão

O sucessor de Maomé, Abu Beker, iniciou o avanço rumo à Síria e à Pérsia. Entre 634 e 644, Omar transformou o Estado árabe em império teocrático mundial, com regime militar: o comandante das tropas de ocupação era o governador, chefe religioso e juiz. Omar conquistou Síria, Palestina, Pérsia e Egito.

Otman, ligado aos coraixitas, substituiu Omar. Perseguiu os axemitas, mas acabou substituído por Ali, marido de Fátima, filha de Maomé. Com a morte de Ali, Moaviá Omíada, governador da Síria, tomou o poder e inaugurou uma nova dinastia.

Os Omíadas (660-750) — Os Omíadas transferiram a capital para Damasco e instituíram o princípio hereditário do califado. Conquistaram Magreb, no norte da África, e os habitantes convertidos passaram a chamar-se *semouros*. Essa conquista (Tunísia e Marrocos) serviu de base para o avanço até a Espanha, onde Tarik venceu o rei visigodo Rodrigo, em 711. Os visigodos se refugiaram nas montanhas das Astúrias, de onde mais tarde partiriam para expulsar os muçulmanos. Batidos em Poitiers em 732 pelo chefe franco Martel, os muçulmanos limitaram sua conquista ao sul da Gália.

Rumo ao Ocidente, os muçulmanos chegaram até a Sicília; rumo ao Oriente, avançaram até o Turquestão e o Vale do Rio Indo.

Os Abássidas (750-1258) — Uma conspiração interna inaugurou a Dinastia Abássida. A capital passou para Bagdá, o que provocou a primeira divisão do Islão. Abder Raman, dos Omíadas, refugiou-se na Espanha e fundou o Emirado de Córdoba em 756. Surgiu o primeiro Estado independente dentro do Império Muçulmano.

Al Mansur, o Vencedor, criou a administração provincial, segundo o modelo bizantino e persa, com um chefe chamado *vizir*. O Império atingiu o máximo esplendor com Harun Al-Rashid (786-809). Mas as divisões levaram à desagregação. Em 1258, os mongóis destruíram Bagdá. A divisão do Império Árabe devia-se a sua enorme expansão em prazo muito curto. Num Estado teocrático como o muçulmano, as seitas religiosas (sunita e xiita) contribuíram para a divisão.

4. Influências sobre o Ocidente

Ao dominar todo o Mar Mediterrâneo, os muçulmanos cortaram um meio de ligação entre Ocidente e Oriente. O comércio dos cristãos quase desapareceu na região. A economia baseada na moeda se enfraqueceu. Amedrontadas com as razias, as populações litorâneas, com algumas exceções, refugiaram-se no interior e passaram a dedicar-se à agricultura. Acentuou-se a caminhada da Europa rumo ao sistema feudal.

Os árabes criaram um império mercantil. Produtos iam e vinham da Ásia central, África, Europa central e ocidental. Surgiram grandes centros comerciais, como Bagdá, Córdoba, Cairo, Baçora, Damasco, Fez. Novas culturas chegaram ao Ocidente, como cânhamo, amoreira, algodoeiro, cana-de-açúcar, laranjeira, limoeiro, arroz. Novos processos de cultivo, como o açude, levada (regio para irrigar ou mover moinho), azenha (moinho d'água), nora (roda à qual se prendem vários recipientes para captar água). Novas indústrias, como mosaico, cerâmica e vidro.

A arte muçulmana não tem muita originalidade. A proibição religiosa de reproduzir formas vivas prejudicou o desenvolvimento da pintura e da escultura. A contribuição mais significativa está na arquitetura das mesquitas, nos arabescos para ilustração e decoração.

No campo das ciências, os árabes cultivaram a Astronomia, a Matemática, a Química e a Física. Inventaram o ácido sulfúrico e o álcool. Introduziram os algarismos hindus, depois chamados arábicos.

Na literatura, destacam-se *As Mil e Uma Noites*, o *Livro dos Reis* e *Rubayat*, de **Omar Khayyam**. Na filosofia, destaca-se a figura de **Averróis** (1126-1198), de Córdoba, que traduziu Aristóteles para o árabe e o apresentou ao Ocidente.

Questões propostas

1. Distinga a vida dos árabes do deserto da vida dos árabes do litoral.
2. Como era a religião dos árabes pré-islâmicos?
3. Faça um breve perfil de Maomé.
4. Que fato marca a implantação do monoteísmo e do Islão?
5. O que prega o islamismo e quais são seus livros sagrados?
6. Quais os principais fatores para a rápida conquista empreendida pelo Islão?
7. Resuma as realizações dos sucessores imediatos de Maomé (Omíadas e Abássidas).
8. A conquista muçulmana na região do Mediterrâneo trouxe profundas conseqüências para o Ocidente. Quais?
9. Quais as principais contribuições árabes para a cultura ocidental?

Capítulo 28

A formação dos reinos bárbaros

Com a crise do Império Romano, formaram-se numerosos reinos bárbaros, que se tornaram Estados Nacionais europeus na época Moderna. A decadente economia do século V limitava-se ao comércio de artigos de luxo, linho, lã, armas e escravos. A indústria se resumia às atividades dos artesãos. A economia rumava para o sistema de produção feudal.

As condições de vida na Germânia eram primitivas. Os povos vestiam peles ou tecidos grosseiros, viviam em cabanas e dedicavam-se à caça e à pesca. Guerreiros e homens livres iam às guerras. Mulheres e escravos cuidavam do cultivo e do pastoreio. Quando o pasto escasseava, o rebanho mudava de lugar e as culturas eram abandonadas. O sistema produtivo combinava propriedade comum e propriedade individual. A propriedade comum aparecia como complemento funcional da propriedade privada (terreno de pastagem, de caça, etc.).

Aos poucos, os camponeses perderam a independência e foram submetidos à autoridade de uma nova nobreza, formada a partir de chefes germânicos e seus grupos armados. O processo convergiu na mesma direção do movimento de libertação dos escravos romanos. Assim, os dois movimentos desembocaram na formação de uma classe de pequenos produtores, dominada por uma classe de nobres proprietários, com base nas novas relações de produção do feudalismo.

1. Organização social e política

A sociedade era patriarcal. O chefe de família tomava as decisões importantes. A religião era animista: os germânicos acreditavam nas forças da natureza. Adoravam *Odin*, ou *Votan*, deus da guerra, e acreditavam num paraíso, o *valhala*, onde virgens guerreiras, as *valquírias*, entretinham os guerreiros.

A organização política e social compreendia as famílias, as aldeias, o cantão e a tribo. As tribos, independentes, só se uniam para a guerra ou outra

finalidade determinada. Tal individualismo impedia a existência de um Estado organizado.

As relações políticas eram temporárias. O chefe devia comportar-se com justiça e os guerreiros deviam obedecer. Essa organização política chamava-se *comitatus*, bando de guerra, e influenciou na formação do feudalismo.

2. Principais grupos bárbaros

Os vândalos (429-534)

Os vândalos, depois de fixarem-se no norte da África, tomaram Cartago em 439 e, reconhecidos como aliados pelos romanos, formaram o Reino Vândalo. Genserico, rei dos vândalos, ocupou a Córsega, a Sardenha e parte da Sicília. Em 455, saqueou Roma e capturou a imperatriz e suas filhas.

Entre 534 e 535, o general bizantino Belisário conquistou o Reino dos Vândalos. Mas, em seguida, os árabes se apoderaram de toda a região.

Os ostrogodos (493-553)

Os ostrogodos, aliados de Bizâncio depois de derrotarem os hunos e fixar-se na Macedônia, bateram os hérulos e ocuparam a Itália, sob o comando de Teodorico. Este fez bom governo. Conciliou godos e romanos. No entanto, proibiu os casamentos mistos. Ravena tornou-se a brilhante capital do reino. Mas diferenças religiosas trouxeram dificuldades ao governo ostrogodo.

Teodorico tentou formar uma confederação contra o Império Bizantino. Mas um sucessor dele, Totila, acabou derrotado pelo general bizantino Narses. Ao mesmo tempo, os lombardos, vindos da Escandinávia, invadiram a Itália. Aliados de Justiniano, tomaram Pavia e fundaram vários ducados. Os bizantinos conservaram Ravena, a Ístria, os ducados de Roma e Nápoles, o sul da Itália e a Sicília. Em 553, o Reino Ostrogótico da Itália chegou ao fim.

Os visigodos (419-711)

Até 507, o Reino Visigótico teve por capital Toulouse, na Gália. Aliados do Império Romano,

os visigodos não pagavam impostos, mas deviam proteger o país com seu exército.

O Rei Eurico (466-484) continuou a conquista da Espanha e redigiu um código, o mais antigo em língua germânica. Os francos derrotaram Alarico II e o reino ficou reduzido à Espanha, com capital em Toledo. Os suevos, na Espanha desde 409, foram dominados. Mas o sul da Península Ibérica caiu em poder dos bizantinos.

Recaredo I converteu-se ao catolicismo e a Igreja passou a influir no Reino Visigótico. Em 711, os árabes ocuparam a maior parte da península. Os visigodos refugiaram-se nas montanhas das Astúrias, de onde mais tarde saíram para reconquistar a península. Com o desmembramento do Islão, a partir de 756, a Espanha tornou-se califado independente, com capital em Córdoba.

Os burgúndios (443-534)

De origem escandinava, os burgúndios tinham-se estabelecido a oeste do Rio Reno, com capital em Worms. Seu rei mais importante foi Gondebaldo, favorável às relações amistosas com os romanos. O Reino dos Burgúndios desapareceu, anexado pelos francos em 534.

Os anglo-saxões (450-1035)

A conquista da Bretanha, iniciada na época de Júlio César, só se completou no século I. Adriano construiu uma muralha para defender as terras romanizadas e ocupadas pelos *bretões* (celtas romanizados), contra os ataques dos celtas escoceses (*pictos*) e do norte da Inglaterra (*escotos*).

Com as invasões dos visigodos, as legiões romanas se retiraram e os bretões fizeram alianças com *anglos*, *saxões* e *jutos* (da Jutlândia). Os germânicos formaram vários reinos na Bretanha.

Os jutos, no sul, fundaram o Reino de Kent. Os saxões, também no sul, formaram os Reinos de Essex, Wessex e Sussex. Os anglos, no centro e nordeste, formaram East-Anglia, Northumbria, Bernícia e Deira — os dois últimos reunidos mais tarde no Reino da Mércia. Os sete reinos formaram a heptarquia juto-anglo-saxônica.

Em 866, os *vikings* tomaram Londres e, expandindo-se, constituíram o *Danelag*, área onde predominava a lei dos *danos* ou dinamarqueses. Os saxões, liderados pelo Rei Alfredo (871-899), retomaram Londres. Coroaram o Rei Edgar (959-975), mas seus sucessores não contiveram o avanço dos danos, que completaram a conquista da Inglaterra em 1013. Canuto, o Grande (1016-1035), transformou a Inglaterra em base do império marítimo dos *vikings*. Converteu-se ao cristianismo e dividiu o reino entre seus companheiros, mas não tomou aos saxões o que lhes pertencia. Pôs fim à unidade governamental, criando os ducados, que confiou tanto a danos como a saxões.

Questões propostas

1. Qual era a situação da economia romana quando os germânicos chegaram?
2. Que condições de vida imperavam entre os germânicos?
3. Como era o sistema de produção dos germânicos? Como evoluiu?
4. Resuma a sociedade, religião e organização política dos germânicos.
5. Resuma a história dos: a) vândalos; b) ostrogodos; c) visigodos; d) burgúndios; e) anglos, saxões e jutos; f) danos.

Capítulo 29

A evolução do reino franco

Os francos constituíram o reino mais poderoso da Europa ocidental. Dividiam-se em *sális*, estabelecidos perto da atual Bélgica; e *ripuários*, do Baixo Reno. No século V, penetraram na Gália do norte, na condição de aliados dos romanos.

1. Os Merovíngios (481-751)

Descendentes de Meroveu, os primeiros reis francos chamaram-se Merovíngios.

Clóvis (481-511) — Neto de Meroveu, foi o primeiro grande rei franco. Organizou uma boa administração. Em 507, liquidou os visigodos com ajuda dos burgúndios e estendeu as fronteiras do reino até os Pireneus.

Clóvis foi o verdadeiro fundador do Reino Franco. Integrou romanos (católicos) e visigodos (arianos). Para favorecer a unidade, aliou-se aos bispos da Gália. Recebera o batismo católico em Reims após bater os alamanos, acreditando que seus exércitos se salvaram graças ao Deus dos cristãos.

Funcionários reais participavam da direção dos grandes domínios, que forneciam recursos ao Estado. Nas províncias, o rei nomeava *con-des*, para governar os condados.

Depois da morte de Clóvis, o reino foi dividido entre seus quatro filhos. Em 534, o território se ampliou com a anexação do Reino Burgúndio. Na Germânia, os francos passaram a dominar a Baviera, a Turíngia e a Westfália.

Clotário (558-561) — Reunificou o reino. Depois de sua morte, ocorreu nova divisão, devido ao choque entre o rei e a aristocracia. Surgiram os reinos da Austrásia, a leste, capital Reims; Neustria, a oeste, capital Paris; e Borgonha, a oeste, capital Orléans.

Clotário II (613-629) — Reunificou o reino

mais uma vez. Fez concessões para obter o apoio da aristocracia. Pelo *Edito de Clotário* (614), comprometeu-se a escolher os condes entre os proprietários de terra dos condados. Os três reinos, embora unificados, conservavam certa independência. Eram supervisionados pelo prefeito do palácio, o *majordomus*, que cresceu em importância. Depois de Dagoberto (629-639), que tentou unificar o reino ainda uma vez, o poder passou para os *majordomus*.

Os Majordomus (640-751) — Os *majordomus* afastaram os reis, que viviam na ociosidade; eram os *reis indolentes*. Implantaram verdadeiras dinastias em cada um dos três reinos. Mas em 679, Pepino de Heristal, *majordomus* da Austrásia, afastou os da Neustria e da Borgonha e unificou o Reino Franco. Governou até 714.

Carlos Martel (714-740) — Filho de Pepino, venceu os muçulmanos e submeteu regiões do reino que continuavam independentes, como Baviera, Aquitânia e Turíngia. Morto Martel, o reino foi dividido entre seus dois filhos, mas Carlomano se retirou para um mosteiro e o poder ficou com Pepino, o Breve. Em 743, foi coroado o último rei merovíngio, Childerico III.

2. Os Carolíngios (751-987)

Com aprovação do papa Zacarias, Childerico III foi encerrado num mosteiro e Pepino, o Breve, tornou-se rei. Começava uma nova dinastia, originária da germânica Austrásia. Pepino combateu os lombardos, a pedido do papa Estêvão II. Em 756, Astolfo, rei dos lombardos, foi obrigado a ceder Ravena e a Pentápole (grupo de cinco cidades: Rimini, Pesaro, Fano, Sinigaglia e Ancona, na Itália). Pepino doou tudo ao papa, junto com o ducado de Roma. Os territórios fortaleceram a Igreja e constituíram o *Patrimônio de São Pedro*, dando origem ao Estado do Vaticano.

Pepino dividiu o reino entre os filhos Carlomano e Carlos Magno. Morto o primeiro em 771, Carlos Magno passou a governar sozinho. Expandiu o reino e deu-lhe segurança. A

chamado do papa, em 773, iniciou a ofensiva final contra os lombardos, cujo rei, Didier, abdicou. Então, Carlos Magno iniciou ofensiva contra os saxões na Germânia, mas só em 804 pôde submetê-los por completo, convertendo-os à força. Sujeitou também a Baviera e venceu os ávaros.

Seu sobrinho Rolando morreu combatendo os bascos. Os muçulmanos atacaram em Narbona. Carlos Magno os combateu e fixou as *marcas* da Espanha, ao sul dos Pireneus.

O papado, interessado em expandir a Igreja através da conversão, viu no novo reino um possível aliado. Isso explica a atitude do papa Leão III, que pediu proteção a Carlos Magno ao ser ameaçado por uma família rival. Em guerra na Saxônia, ele dirigiu-se a Roma e repôs Leão III no trono. Na missa de Natal de 800, o papa colocou sobre a cabeça de Carlos Magno o diadema dos antigos imperadores romanos e pronunciou a célebre frase: "A Carlos, Augusto, coroado por Deus, grande e pacífico imperador dos romanos, vida e vitória".

Acabava de ressuscitar o Império Romano do Ocidente. O Império Bizantino só reconheceu o título em 812. Para tanto, Miguel I exigiu a cessão da Ístria e da Dalmácia.

O Império Carolíngio tinha administração simples e eficiente. Os recursos vinham dos grandes domínios. Carlos exercia o poder central. O território dividia-se em 200 condados. Uma vez por ano, Carlos realizava a Assembléia Geral dos Nobres. Não havia distinção entre bens do Estado e bens do imperador.

Representando o imperador, emissários percorriam os domínios. Uma de suas funções era impor aos condes e homens livres o *juramento de fidelidade* ao imperador. Tratava-se de um feudalismo centralizado. Havia leis, as *capitulares* (aprovas por um capítulo, ou conselho de representantes), as primeiras leis escritas da Idade Média. Mas Carlos respeitava os usos e costumes de cada território conquistado. Era ele também o chefe da Igreja. Nomeava bispos e abades, integrando Igreja e Estado num só corpo.

A segurança criou condições para o desenvolvimento econômico. Surgiram feiras por todo o Império. O centro de produção dessa economia agrária era a vila. Havia movimentado comércio nos centros urbanos, alguns com mais de 5 000 habitantes.

3. Renascimento Cultural e desintegração

Carlos Magno promoveu um Renascimento Cultural. Criou escolas; os nobres deviam aprender a ler e escrever, o que Carlos Magno não conseguiu, apesar de ter freqüentado escola e falar latim e grego. No palácio, cercou-se de homens cultos, como Pedro de Pisa, Eginhard e Alcuíno de York, fundador da escola palatina (palaciana), que ensinava gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria e música. Esses homens também traduziram obras como a *Vida dos Doze Césares*, do historiador romano Suetônio. Esse Renascimento transmitiu aos séculos posteriores o conhecimento do passado, que se teria perdido.

Nas artes, destacou-se a construção de igrejas no estilo bizantino. Mas a marca artística inconfundível está na ourivesaria, na ilustração de manuscritos e breviários.

Ao morrer, em 814, Carlos Magno deixou um herdeiro, Luís, o Piedoso, que governou até 840. Luís tinha três filhos e, na hora da sucessão, houve complicações. A herança cabia ao filho mais velho, Lotário. Os filhos mais novos se apoiaram num costume germânico que determinava a divisão do reino. A disputa terminou em luta armada e, pelo Tratado de Verdun (843), Lotário aceitou a divisão do império: França ocidental, pertencente a Carlos, o Calvo; França oriental, a Luís, o Germânico; e França central, a Lotário. Com a morte dos herdeiros de Lotário em 870, Luís e Carlos repartiram a França central, exceto a Itália, que passou aos duques italianos.

A história da França começa em 843 com Carlos, o Calvo. Carlos recusou a dignidade imperial porque não tinha condições de proteger Igreja e Império contra os muçulmanos. Em 877, estabeleceu o princípio da hereditariedade dos feudos, o que fortaleceu o sistema feudal.

A luta entre os herdeiros de Luís, o Piedoso, coincidiu com a invasão dos normandos. Eles devastaram o país, favorecendo o surgimento de formas de poder local, nos feudos, característica principal do feudalismo do ponto de vista político.

Alguns nobres se sobressaíram na luta contra os normandos, como Roberto, o Forte. Em 987, com a morte de Luís V, os descendentes de Roberto e outros nobres elegeram Hugo Capeto para o governo da França ocidental: estava inaugurada a Dinastia dos Capetíngios.

Na França oriental, os descendentes de Luís, o Germânico, ficaram no trono até 911. Com a morte de Luís, o Infante, os grão-duques alemães da Saxônia, Francônia, Baviera e Suábia fundaram o Reino Germânico, com monarquia eletiva: os quatro duques elegiam um deles para o trono.

2. Quem foram os *major domus*? Como se explica a ascensão deles?

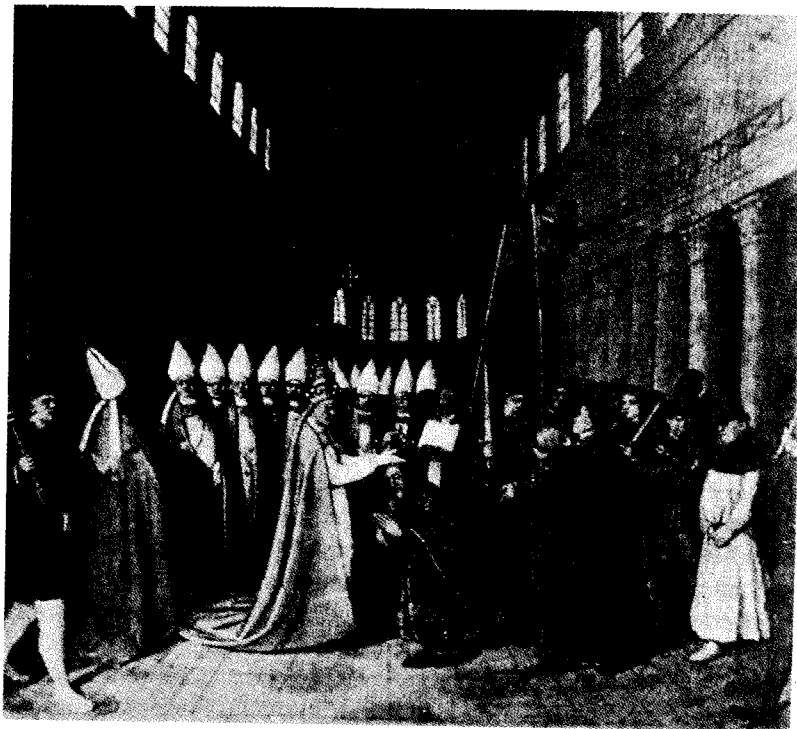
3. Quem iniciou a Dinastia Carolíngia? Resuma seu reinado.

4. Que destino tomou o Reino Franco após a morte de Carlos Magno?

5. Resuma a desintegração do Império: na França ocidental; na França oriental.

Questões propostas

1. Por que se chamavam Merovíngios os primeiros reis francos e qual foi o principal deles?



Coroação de Carlos Magno pelo papa Leão III, na noite de Natal do ano 800, na basílica de São Pedro, em Roma.

Capítulo 30

A Igreja e o Sacro Império

A ruralização da economia medieval levou a Igreja ao campo. Bispos e abades se transformaram em senhores feudais. A Igreja também tinha o monopólio da cultura, pois saber ler e escrever era privilégio de bispos, padres, abades, monges. Os membros do clero passaram a participar da administração pública, e a Igreja ocupou lugar de grande importância na sociedade.

1. O poder papal e Gregório I

Em 325, o Concílio de Nicéia impôs a igualdade entre os patriarcas de Jerusalém, Alexandria, Antioquia e Roma. Mas o bispo de Roma já tinha autoridade especial, vinda de São Pedro. Teodósio, imperador que oficializou o cristianismo, foi quem empregou a palavra *papa*. Decretos imperiais legalizaram o poder papal. Entre 440 e 461, governou Leão I, fundador da primazia de Roma. O Edito de Valentiniano III confirmou a primazia do bispo de Roma no Ocidente.

A figura mais importante do papado no início da Idade Média foi Gregório I, ou Magno (590-604). Primeiro papa monge, intitulava-se *Servidor dos Servidores de Deus*. Aproveitou-se da falência imperial na Itália para assumir o poder temporal. Desligou-se da influência bizantina e aproximou-se dos germânicos. Visigodos, suábios e lombardos se converteram. Agostinho foi à Inglaterra e converteu os anglo-saxões.

Os escritos de Gregório Magno instruíram o clero e fortaleceram a religiosidade dos fiéis. Sua *Regra Pastoral* serviu de manual para os padres em toda a Idade Média. Compôs hinos e introduziu o *cantochão* (gregoriano), calmo e grave, que transformou a música sacra.

Os sucessores de Gregório continuaram seu trabalho. São Bonifácio converteu até os pagãos mais renitentes da Germânia. Na metade do século VIII, o Ocidente e a Germânia professavam a fé cristã, e toda a Igreja estava submetida à *Santa Sé*.

2. A Igreja forma seu Estado

O *Estado da Igreja* nasceu em 756, a partir do Patrimônio de São Pedro, concedido por Pepino, o Breve, ao vencer os lombardos. O papado justificava mais pretensões territoriais com base num documento falso, *Donatio Constantini* (Doação de Constantino), segundo o qual Constantino teria doado todo o Ocidente à Igreja.

A *Monarquia pontifical* se fortalecia. Eleitos pelo povo e pelo clero, bispos e arcebispos passaram a ter seus nomes confirmados em Roma.

A administração ficou complexa. O papado criou então a *Cúria Romana*, espécie de secretaria geral, cujos membros mais importantes eram os cardeais. Criou ainda o fisco pontifical, que centralizava as arrecadações: rendas das propriedades; impostos dos Estados vassallos; dinheiro de São Pedro, cobrado em alguns países; e taxas sobre serviços.

O clero regular

Os primeiros elementos do clero regular eram os monges que viviam isolados em mosteiros; os que seguiam uma mesma regra formavam uma *ordem* religiosa.

Em 529, *São Bento* (480-543) fundou um mosteiro no Monte Cassino, Itália, e organizou sua ordem, a beneditina. A experiência deu forma definitiva ao monasticismo (vida nos mosteiros). São Bento expôs o sistema em sua *Regra* (534). Os monges deviam levar vida em comum; fazer os votos de pobreza, castidade e obediência ao abade, eleito por eles; unir oração e trabalho; hospedar peregrinos; ocupar-se com os pobres e o ensino. Ao lado de cada mosteiro, havia sempre uma escola.

Os mosteiros tornaram-se centros culturais. Suas bibliotecas preservaram tesouros da Antiguidade. Mas logo surgiu um problema: a interferência dos senhores feudais na escolha dos abades, provocando o desregramento do clero secular. Surgiram movimentos reformistas entre os seguidores da *Regra*. O mais famoso começou no Mosteiro de Cluny, fundado em 910 pelo abade Bernon. A economia monástica foi reformada e os mosteiros passaram para a jurisdição do papa. A disciplina voltou e cresceu a autoridade do abade.

3. A formação do Sacro Império

O relacionamento entre Igreja e Estado começa no fim do Império Romano. A Igreja tinha a proteção do Império e o imperador, o privilégio de eleger o papa, o *cesaropapismo*. O domínio político sobre a Igreja continuou durante o Reino Franco, cujos imperadores, sob o pretexto de protegê-la, conseguiam benefícios para si próprios.

Extinta a Dinastia Carolíngia, os duques da Francônia, Saxônia, Suábia e Baviera fundaram o Reino Germânico, monarquia em que o rei era um dos duques, eleito pelos outros três.

Em 936, começou o reinado de Oton I. Sua vitória sobre os húngaros em 955 trouxe-lhe enorme prestígio, e o papa João XII, a quem ele protegia, deu-lhe a sagração imperial em 962. Nascia assim o *Sacro Império Romano-Germânico*, que duraria quase um milênio, até 1806.

Oton I passou a intervir na Igreja, para controlar os grão-duques. Fundou bispados e abadias, e seus titulares recebiam dele tanto o poder religioso (anel e cruz) quanto o político (báculo, o instrumento que lembra o cajado de São Pedro e simboliza o poder temporal do bispo sobre os fiéis). Esses senhores religiosos eram o sustentáculo do Império, pois forneciam a maior parte dos guerreiros e dos impostos. O poder imperial, na prática, tornou-se hereditário.

As conseqüências da intervenção política na Igreja não demoraram. Abades e bispos alemães levavam vida mundana e influenciaram os monges e padres. O desregramento levou o nome de *nicolaísmo*. Outra conseqüência foi a *simonia*, o comércio de bens da Igreja.

4. A Querela das Investiduras

No século XI, o movimento reformista de Cluny transformou-se em movimento por uma reforma geral da Igreja. O partido da reforma ganhou força na França graças à *Trégua de Deus*, movimento que procurava combater a verdadeira mania de guerra existente na época. Hildebrando, reformador ligado ao movimento de Cluny, tinha acesso ao papa e, sob sua influência, Nicolau II criou em 1059 o Colégio dos Cardeais, com finalidade de eleger o papa, limitando o *cesaropapismo*.

Em 1073, Hildebrando foi eleito papa, com o

nome de Gregório VII. Proibiu o casamento dos padres, para combater o nicolaísmo, e a investidura leiga (escolha de bispos e abades por príncipes ou imperadores), para acabar com a simonia.

O imperador alemão Henrique IV reagiu dando o papa como deposto. O papa considerou o imperador igualmente deposto, excomungando-o, e proibindo os vassalos de lhe prestar serviço, sob pena de excomunhão. A conselho de seguidores, Henrique foi ao Castelo de Canossa em 1077 e pediu perdão ao papa, que o concedeu.

Na Alemanha, os inimigos de Henrique IV elegiam novo imperador, o duque Rodolfo. Henrique os combateu até 1080, quando Rodolfo morreu. Invadiu a Itália e foi excomungado novamente. Os normandos, que defendiam o papa, acabaram saqueando Roma; e Gregório VII se retirou para Salerno, onde morreu. Para o trono papal, Henrique indicou Guiberto, bispo de Ravena, que tomou o nome de Clemente III. No exílio, era eleito um sucessor para Gregório VII. A divisão, chamada de *cisma*, só terminou em 1122, com a *Concordata de Worms*, assinada entre o papa Calixto II e o imperador Henrique V. Ficou estabelecido que o papa faria a investidura espiritual (anel e cruz) e o imperador, a investidura temporal (báculo).

O sistema implantado pelos imperadores otônidas chegava ao fim. Os bispos não seriam mais funcionários do Estado, mas vassalos do Império. O imperador perdia o controle sobre eles e sobre os duques. Uma parcela de terras alemãs passava para a Igreja. Começava o período da supremacia do poder papal sobre o poder político dos governantes da Europa. A supremacia se acentuou no período seguinte, a Baixa Idade Média.

Questões propostas

1. Que papel exerceu a Igreja na sociedade medieval?
2. Qual foi o primeiro grande papa na Idade Média e quais as suas contribuições para o fortalecimento do cristianismo?
3. Qual a origem do Estado do Vaticano? Como evoluiu nos primeiros tempos?

4. Como surge e quando toma forma o clero regular? ram? Quais as providências tomadas pelo papado?
5. Que conseqüências trouxe a intromissão dos senhores feudais na escolha dos abades? Qual foi a reação?
6. No Sacro Império Romano-Germânico, a interferência política na Igreja causou problemas graves. Quais? Que reação provocaram? Quais as providências tomadas pelo papado?
7. O que provocaram as medidas tomadas pelo papado?
8. Por que Henrique IV foi excomungado pela segunda vez?
9. O que foi o cisma e como terminou?



Monge trabalha na tradução para o francês de um original em latim.



Monge e sua amante sofrem castigo por seus pecados.

Capítulo 31

O sistema feudal

O *medievo* (do latim *medium aevum*, idade média) deve ser entendido como resultado da crise do Império Romano, agravada pelas invasões bárbaras. Ao longo do período medieval, realizou-se a integração entre as estruturas do mundo romano e do mundo germânico (bárbaro), o que preparou os fundamentos do mundo moderno. Devemos ainda lembrar que *medievo* e *sistema feudal* são fenômenos da Europa ocidental. Os Impérios Árabe, Bizantino e Persa e outros povos orientais não conheceram tal forma de organização da vida.

Partindo do princípio de que o cerne do sistema é a *obrigação servil*, encontramos as seguintes características:

1. **produção auto-suficiente**, destinada ao consumo e não à troca;
2. **sociedade estamental**, isto é, a posição do indivíduo se define pelo nascimento, pelo prestígio;
3. **poder político local**, monopolizado pelo senhor feudal e descentralizado em relação ao rei.

O sistema se formou com a conjugação de diversos fatores, divididos em dois grupos: *estruturais*, de longa duração; e *conjunturais*, os mais imediatos, como as invasões dos bárbaros.

1. Estrutura e conjuntura

Muitos fatores estruturais vieram do mundo romano; outros, do germânico.

No mundo romano em crise, a partir do século II, diversos elementos contribuíram para a formação do feudalismo:

1. a *vila*, unidade de produção rural quase auto-suficiente;
2. a *decomposição do escravismo*, dando origem a *colonos*, *clientes* e *precários*, que trabalhavam na terra como meeiros ou em troca de serviços prestados ao senhor;

3. a *crise do poder político*, que descentralizou a administração.

Outros elementos importantes vieram do mundo germânico. Podemos citar:

4. *economia natural*: os germânicos produziam para o consumo; trocas, quando havia, eram feitas com produtos, não com dinheiro;
5. *instabilidade social*: sociedade dividida em guerreiros, homens livres e escravos;
6. *sistema político* baseado no individualismo das tribos, sem Estado;
7. o *comitatus*, bando armado para guerrear, passou elementos ao sistema feudal, como as relações de reciprocidade entre comandantes e comandados.

Para que o sistema se formasse, faltavam condições *conjunturais*, de isolamento, advindas com as invasões durante toda a Alta Idade Média, que levaram as populações urbanas a refugiar-se no campo. Os *bárbaros* (germânicos) também se instalaram no campo, nas vilas, alguns como senhores. Antes de integrar-se, perambulavam pelas estradas, aumentando a insegurança. Quando já estavam se integrando, chegaram os *árabes*, que isolaram a Europa do resto do mundo. Os *normandos*, com seus barcos de quilhas e velas, iam longe; atacavam por mar e pelos rios, tornando quase impossível a defesa. *Húngaros* e *eslavos* atacaram igualmente em diversos pontos da Europa ocidental.

Com tantos ataques, a vida só era possível junto de um castelo fortificado, onde as estruturas românicas e germânicas se integraram, dando origem ao sistema feudal.

2. Como funcionava o sistema

Regime de propriedade — Na unidade de produção (*domínio*, *senhoria* ou *manor*), existiam três formas de posse da terra:

1. *Posse coletiva* nos bosques e pastos, onde os servos colhiam frutos, cortavam madeira, e os senhores caçavam;

2. *Reserva* ou *manso senhorial*, metade da terra cultivada, uma propriedade privada;
3. *Manso servil* ou *tenência*, uma co-propriedade: o servo usava a terra, mas o dono era o senhor.

Regime de trabalho — O trabalho era realizado pelos servos, que deviam obrigações ao senhor. As principais eram:

1. *Corvéia*, trabalho forçado de servos e vilões nas terras senhoriais, em geral três dias por semana;
2. *Redevances*, retribuições pagas em produtos ou dinheiro, como a *talha* (parte da produção), *banalidades* (presentes obrigatórios), *taxa de casamento* (se o servo casava com mulher de fora do domínio), *mão-morta* (tributo pela transmissão de herança);
3. *Prestações*, espécie de hospitalidade forçada aos barões em viagem.

O sistema não permitia uma técnica desenvolvida; aos servos não interessava aumentar a produção, pois o senhor lhes tomava a diferença. Além disso o cultivo era sempre coletivo, impedindo a individualização que poderia levar à melhoria da técnica. Os servos atrelavam os animais ao arado pelo pescoço, o que lhes reduzia a capacidade de tração, e aravam o solo superficialmente, com grande perda de sementes.

O sistema de relações sociais

As condições sociais básicas da sociedade feudal eram *senhor* e *servo*. O senhor possuía a terra e o servo detinha o poder militar, político e judiciário; o servo tinha a posse útil da terra, devia obrigações e tinha direito de ser protegido pelo senhor. Havia ainda os *vilões*, homens livres que deviam obrigações menos pesadas e até podiam trocar de propriedade; os *escravos*, pouco numerosos; e os *ministeriais*, serviçais como criados, artífices, feitores, estafetas.

As condições de vida eram duras. O castelo não possuía móveis, tapetes ou cortinas. Havia comida abundante, mas pouco variada e feita de

maneira simples. O divertimento preferido dos senhores era a caça.

O servo morava em casa de madeira com telhado de palha e chão de terra, na aldeia ao pé do castelo, onde se refugiava em caso de perigo. A fumaça do fogão de pedra enegrecia as paredes do aposento sem divisões. Alguns possuíam forno, tacho de cobre e colchão de plumas, que servia de cama para toda a família. Faziam a própria roupa, de lã, linho ou couro. Divertiam-se com luta, lançamento de peso, briga de galo, tourada, tiro com arco e flecha. Não sabiam ler e escrever. As precárias condições de higiene favoreciam as pestes e doenças, um flagelo da Idade Média.

Instituições políticas

Nas grandes propriedades feudais, estabeleceu-se a relação direta entre os dependentes (*clientela*) e os que lhes davam proteção (*patrocínio*). Tais unidades econômicas e políticas foram ganhando autonomia quase completa, reforçada depois com a concessão de *imunidades*, como a isenção fiscal e judiciária.

Apesar da independência, os senhores feudais também precisavam de proteção, o que conseguiam através do *juramento de fidelidade*, feito a um ou a vários senhores, sobre a Bíblia e na presença de relíquias sagradas. Um senhor se tornava *vassalo* de outro, que lhe concedia o *benefício* e se tornava o *suserano*. Um beijo entre os dois confirmava o compromisso.

O vassalo devia prestar serviço militar periódico, hospedar o suserano, dar um presente à filha dele no casamento, ajudar na formação do equipamento do filho armado cavaleiro. O suserano devia conceder ao vassalo um benefício, que podia ser um domínio, cargo, direito (por exemplo, o de cobrar pedágio numa ponte) ou pensão em dinheiro; proteção militar; proteção aos herdeiros do vassalo; garantia de hereditariedade no feudo.

Instituições religiosas

A Igreja integrou-se ao sistema através dos mosteiros, semelhantes aos domínios. Monopolizava a interpretação da realidade social. Para ela,

o homem tinha um destino espiritual; devia preocupar-se com a salvação.

A missão da Igreja era ajudá-lo. Para tanto, procurou combater a usura. Para a Igreja, o comerciante podia acrescentar ao valor do objeto apenas o que correspondia à função social de intermediário. Os cristãos deviam distribuir suas sobras sem lucrar, como a Igreja fazia nos mosteiros em épocas de calamidade.

Comércio de dinheiro, isto é, empréstimo a juros era mais condenável ainda. A usura foi oficialmente proibida a membros do clero (século IX) e a leigos (século X).

É fácil ver a correspondência desses princípios com a realidade. A condenação do lucro era natural num sistema que produzia apenas para o consumo e em que o comércio só se realizava excepcionalmente, em épocas de calamidade; os comerciantes inescrupulosos poderiam tirar proveito da situação se a Igreja não os ameaçasse com o inferno. Quando reis e príncipes precisavam de dinheiro emprestado, recorriam aos judeus, sobre os quais não pesava a proibição da usura e para quem as ameaças do inferno cristão nada significavam.

Questões propostas

1. Como devemos entender *Idade Média* e *sistema feudal*?
2. Partindo do princípio de que o cerne do feudalismo é a obrigação servil, que características encontramos nesse sistema?
3. Como podemos dividir os fatores que determinaram o sistema feudal? Explique-os.
4. Em que consistia o regime de trabalho servil?
5. Qual era o nível técnico do cultivo? Por quê?
6. Quais eram as camadas sociais no sistema feudal?
7. O que era o juramento de fidelidade?
8. Qual foi a grande influência da Igreja sobre a mentalidade da população nesse período?



No pomar.



A tosquia.

O trabalho na Idade Média

Capítulo 32

A Baixa Idade Média: as Cruzadas e o renascimento comercial

Na Baixa Idade Média (séculos XII-XV), começou a nascer o capitalismo, ou melhor, o pré-capitalismo, pois se já havia produção para o mercado, trocas monetárias e espírito de lucro, ainda não havia a relação assalariada. Seu nascimento está ligado à crise do feudalismo, explicada pelo aumento da população, que estimulou o consumo de produtos para alimentação, vestuário e habitação.

Com o fim das ondas invasoras, voltou a reinar segurança e cresceram a circulação de mercadorias e o número de pessoas disponíveis para trabalhar. Esse dinamismo entrou em choque com o sistema de produção servil. A saída seria substituí-lo pelo regime de trabalho assalariado. No sistema capitalista, o crescimento da população, em vez de problema, seria solução: haveria mais consumo, mais produção, mais mercado.

1. A solução imediata

Mas o problema exigia solução rápida, o que explica a marginalização social durante a crise feudal. Servos eram expulsos; vilões abandonavam as vilas. Muitos viraram mendigos ou bandidos.

A própria camada senhorial sofreu. Já não havia mais feudos para distribuir. A herança ia para o filho mais velho. Os outros saíam pelas estradas atrás de um casamento vantajoso, ou prendiam algum senhor para cobrar um resgate, ou se tornavam assaltantes. Os torneios davam idéia da belicosidade desses tempos. Senhores enfrentavam-se em batalhas campais durante dias. Não respeitavam sequer as plantações.

A Igreja interveio e proclamou a *Paz de Deus*, isto é, a proteção aos lavradores, viajantes e mulheres. A *Trégua de Deus* limitou o número de dias de combate a 90 por ano; proibiu o combate de sexta a segunda-feira e em dias de festa. Mas para canalizar tanta vitalidade havia uma saída: as Cruzadas.

2. Fatores das Cruzadas

Não se pode ignorar o aspecto religioso das Cruzadas. O homem medieval era antes de tudo um servidor de Deus. Combater o infiel muçulmano, se lhe dava satisfação material, representava também a salvação eterna.

Pode-se destacar um motivo particular: a ascensão do poder papal. Com o cisma ocorrido na Querela das Investiduras, a Igreja passou a ter dois papas. O papa no exílio, Urbano II, queria demonstrar força, ao convocar a Cruzada. Deve-se considerar ainda o *Cisma do Oriente*, em 1054, quando o patriarca de Constantinopla rejeitou a supremacia de Roma e nasceu a Igreja Cismática Grega, ou Ortodoxa. Reconquistar esses fiéis era mais um estímulo para a Cruzada. Enfim, o próprio imperador bizantino estava interessado numa ofensiva contra os muçulmanos, para afastar sua pressão contra Constantinopla.

Primeira Cruzada (1095-1099) — No Concílio de Clermont, o papa convocou os fiéis para a guerra santa contra o Islão. Os cavaleiros da nobreza tomaram a cruz branca como símbolo e partiram em 1096. Sitiaram Nicéia, tomaram Doriléia, Antioquia e Jerusalém. Fundaram vários Estados no Oriente Médio, organizados segundo o sistema feudal, como o Reino de Jerusalém, Principado de Antioquia e condados de Edessa e Trípoli.

Segunda Cruzada (1147-1149) — Pregada por São Bernardo diante da reconquista de Edessa pelos árabes. Fracassou após o rompimento entre seus chefes, Conrado III da Alemanha e Luís VII da França.

Terceira Cruzada (1189-1192) — A *Cruzada dos Reis*: Ricardo, Coração de Leão (Inglaterra); Filipe Augusto (França); e Frederico Barba-Ruiva (Sacro Império). Foi organizada depois que o sultão Saladino retomou Jerusalém. Frederico bateu os muçulmanos, mas morreu afogado a seguir; seu filho o substituiu e morreu no cerco de São João d'Acre, tomada por Ricardo e Filipe. Ricardo assinou a paz com Saladino, que autorizou os cristãos a peregrinar a Jerusalém.

Quarta Cruzada (1202-1204) — Convocada

contra o Egito e organizada por Henrique VI da Alemanha, esta Cruzada marítima foi financiada pelos venezianos, com interesses comerciais. Eles exigiram a tomada de Zara, porto do Adriático importante para suas atividades. As atrocidades praticadas em Zara levaram Inocêncio III a excomungar os venezianos. O príncipe bizantino Aleixo, marginalizado do trono, fez uma proposta: os cruzados o ajudariam a tomar o poder e receberiam uma soma para o transporte até o Egito. Os cruzados cumpriram sua parte, mas Aleixo não, e foi destronado; os cruzados, chefiados pelos interesseiros venezianos, saquearam Constantinopla e mataram muitos habitantes. Satisfeitos, voltaram à Itália.

Quinta Cruzada (1217-1221) — Formada depois da *Cruzada das Crianças* (1212), grupo de jovens que deveria tomar Jerusalém: eles aportaram em Alexandria e acabaram vendidos como escravos. A Quinta Cruzada, chefiada por João de Brienne, iniciou várias ofensivas no Egito mas ficou isolada pelas enchentes do Nilo e desistiu.

Sexta Cruzada (1228-1229) — Aproveitando a discórdia entre os sultões do Egito e de Damasco, o imperador Frederico II conseguiu que os turcos lhe entregassem Jerusalém, Belém e Nazaré. Recebeu a coroa real do Santo Sepulcro e voltou à Europa.

Sétima Cruzada (1248-1250) — Comandada por Luís IX da França (São Luís), foi isolada pelas enchentes do Nilo e dizimada pelo tifo; Luís foi preso e seu resgate custou 500 000 moedas de ouro (libras tornesas).

Oitava Cruzada (1270) — Reinava anarquia entre as ordens religiosas criadas para defender o Oriente Médio e entre comerciantes genoveses e venezianos. Os turcos estavam divididos e, agora, pressionados por novos inimigos, os mongóis, chefiados por Gêngis Khan. Os seldjúcidas do Egito, chamados *mamelucos*, atacaram os cristãos, empurrando-os para o mar. Luís IX então organizou a Oitava Cruzada; desembarcou em Túnis, onde morreu. A cruzada foi suspensa.

A colonização cristã no Oriente Médio chegou

ao fim em 1523. As razões do fracasso estão, em primeiro lugar, no caráter superficial da ocupação e na anarquia feudal. A presença cristã se limitava aos quadros administrativos. Em suma, o fracasso foi consequência da rivalidade nacional entre as potências ocidentais.

3. Repercussões no Ocidente

A expansão européia iniciada no século XI não se limitou às Cruzadas. Os reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão trataram de reconquistar a Península Ibérica dos muçulmanos. A ofensiva começou com a tomada de Toledo em 1086 e terminou com a conquista de Granada em 1492.

Essa expansão, baseada na conquista de terra, teve caráter reacionário, pois a aristocracia européia reconstituiu na Península o regime feudal.

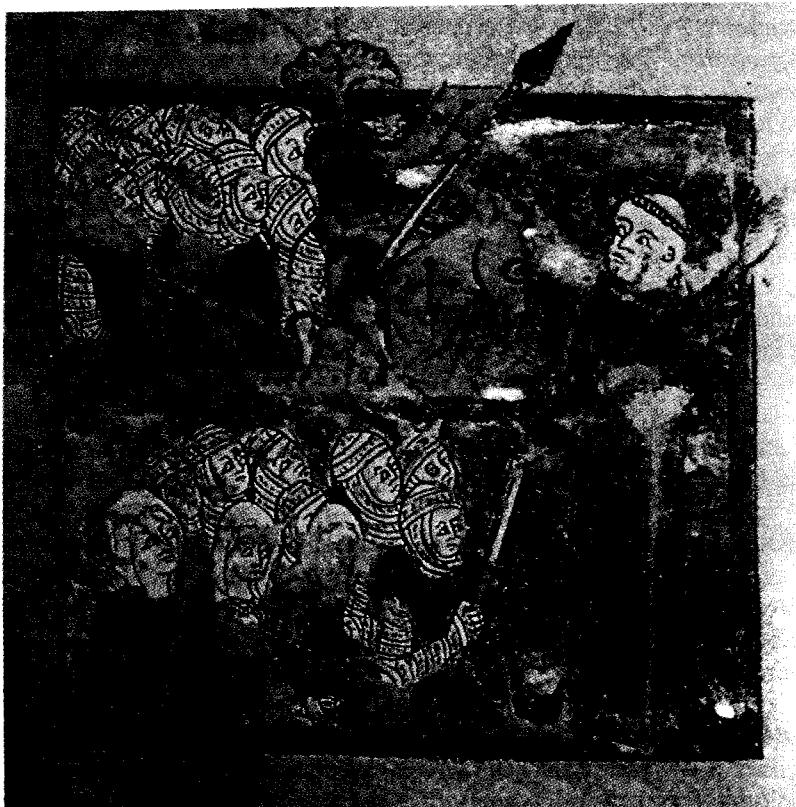
Bem diferente foi a expansão de Gênova, Pisa e Nápoles. Os italianos reconquistaram as ilhas do Tirreno e posições ao norte da África. Conquistavam água, não terra, e contavam com a participação de camadas inferiores da população, os marinheiros; não reconstituíam o feudalismo, mas lançavam as sementes do capitalismo no Mediterrâneo, daí o sentido mais progressista desta expansão.

As Cruzadas dinamizaram as relações comerciais entre Ocidente e Oriente. Reabriram o Mediterrâneo aos europeus. Até o comércio proibido pela Igreja era praticado com os muçulmanos: a venda de armas de ferro e escravos cristãos, em troca de produtos e escravos muçulmanos. Os interesses materiais passavam a superar os limites da fé. A partir das cidades italianas do Mediterrâneo, mercadorias orientais se espalhavam pelo mundo ocidental. O contato com os bizantinos e muçulmanos despertou nos cristãos um gosto mais apurado. O mercado de produtos orientais se ampliou: açúcar, arroz, algodão, café, marfim, frutas cítricas, perfumes, tecidos e as chamadas especiarias, como pimenta, canela e cravo-da-índia. Surgiram novas práticas comerciais, como a letra de câmbio, o cheque, a contabilidade.

O renascimento comercial trouxe o crescimento das cidades, a economia baseada na moeda, a expansão do mercado, o surgimento da classe dos comerciantes, a difusão do espírito de lucro e o racionalismo econômico. O pré-capitalismo fazia sua aparição no mundo medieval.

Questões propostas

1. Por que chamamos pré-capitalismo ao período iniciado por volta do século XII?
2. Qual seria a melhor solução para a crise feudal, criada com o aumento da população? E que solução foi adotada?
3. Que fatores contribuíram para o surgimento das Cruzadas?
4. Quantas foram as Cruzadas e por que fracassaram?
5. Que outras iniciativas acompanharam a expansão européia representada pelas Cruzadas?
6. Quais as consequências da expansão européia?



Preparativos da primeira cruzada.

Capítulo 33

O renascimento urbano

Com o fim do isolamento do sistema feudal, a população europeia voltou a agrupar-se em povoados que se transformaram em cidades, desenvolvidas pelo incentivo comercial. Os servos, vilões e nobres que se haviam transformado em aventureiros ou assaltantes de estrada foram trocando as atividades ilegais pelo comércio legal. Compravam aqui e iam vender adiante. No inverno, abrigavam-se nos castelos e palácios episcopais. Os locais passaram a funcionar como pólos de comércio. Com o tempo, estabelecimentos surgiram fora dos muros dos castelos. Ao longo das estradas e dos rios, nasciam grupamentos que atraíam os camponeses e, mais tarde, tornavam-se cidades. As que já existiam, passaram a progredir após o século XI.

Esta explicação não serve para todas as cidades. Por exemplo, Milão, Pávia, Roma, Luca ou Veneza nunca deixaram de existir como cidades e se formaram antes do Renascimento Comercial.

O desenvolvimento comercial formava novas cidades, e estas intensificavam o comércio. Uma coisa puxava outra. Uma zona fortificada constituía o *burgo*, que assegurava a defesa. Em breve, o casario (*faubourg*, falso burgo) ultrapassava a fortaleza. O castelo ou palácio, símbolos da sociedade feudal, estagnaram, enquanto os povoados cresciam cheios de vida, já integrados na nova ordem econômica. Ali se realizavam as feiras, mercadores armavam tendas, cambistas trocavam moedas, artesãos fabricavam e expunham seus produtos.

A população urbana chegou ao máximo no século XIV, quando veio a *peste negra*. As maiores cidades ocidentais foram Paris, Milão, Veneza, Florença e Nápoles. O número de habitantes não passava de 100 000. Entre 30 000 e 50 000, havia Londres, Colônia, Barcelona, Toulouse, Praga, Roma, Gênova, Bolonha, Palermo. A Córdoba muçulmana chegou a ter 900 000 habitantes no século XI.

Pelas ruas tortuosas, sem planejamento, os detritos eram atirados em qualquer lugar e, através de uma vala, levados aos limites da cidade; acumulavam-se à beira dos muros, formando os focos

de epidemias. Como o material mais usado era a madeira, havia incêndios frequentes.

1. Organização e tipos de cidades

As classes burguesas (artesãos e comerciantes) formavam o núcleo da população urbana. A nobreza residiu na cidade em regiões como Itália, sul da França e Espanha, chegando a identificar-se com os interesses da burguesia mercantil, como em Gênova e Veneza. No restante da Europa, procurou viver em seus castelos, dependente da produção rural.

No século XIII, a burguesia se diferenciou em camadas. A dominante era a alta burguesia, *cives maiores*, que participavam das corporações de maior destaque e monopolizavam o governo. Na metade do século XIV, as corporações menores, do *povo miúdo* (pequena burguesia), passaram a opor-se às ricas corporações, acusando-as de abuso do poder, parcialidade na justiça, má administração. Em algumas regiões, os artesãos tomaram o poder; em outras, conseguiram maior equilíbrio na direção da cidade.

O *tipo das cidades* variava conforme seus direitos ou liberdades (*franquias*), conseguidos mediante pagamento em dinheiro ao senhor feudal ou, às vezes, pelo uso da força. Para conquistar as franquias, os habitantes se associavam em *confrarias*: os artesãos, em *corporações de ofício*; os comerciantes, em *guildas*. As franquias eram garantidas numa carta, e as cidades que a possuíam chamavam-se cidades *francas*.

Por vezes, os burgueses se revoltavam e passavam a governar eles mesmos a cidade, então chamada de *comuna*, no norte da França, ou *municipalidade*, no sul. Na Itália, algumas cidades constituíram verdadeiras repúblicas independentes, os *consulados*.

Em alguns casos, os nobres progressistas, percebendo que as cidades lhes trariam vantagens, na forma de impostos, declaravam livres as povoações sob seus domínios.

2. Administração e finanças

O órgão administrativo mais forte era a Assembleia: escolhia os *magistrados*, que governavam de fato, sob a direção de um *prefeito*. Em

muitas cidades, o critério democrático desapareceu e a escolha ficou por conta de famílias privilegiadas. A cidade medieval era um mundo fechado em si; cada um era cidadão apenas em sua cidade. Em caso de perigo, faziam-se tratados, como no caso de formação das *hansas*, poderosas associações comerciais que congregavam os interesses de diversas cidades.

A cidade foi adquirindo do senhor feudal o direito de cobrar impostos. Inicialmente, o tesouro era formado por impostos diretos sobre a propriedade, indiretos sobre o consumo e outras rendas. Em certas cidades, criou-se um sistema de arrecadação através do crédito e da emissão de empréstimos ao público, chamado *Dívida Pública*.

A organização corporativa da produção

A política econômica das cidades buscava o equilíbrio entre oferta e procura. Havia rígida intervenção na produção e até a quantidade de moedas emitidas era controlada (a partir de fins do século XIII, a cidade passou a cunhar moedas, comprando ou arrendando esse direito restrito ao senhor feudal).

As corporações ou *grêmios* têm origem controversa. As primeiras associações tinham preocupações econômicas e caridosas, voltadas para os próprios associados. Na primeira etapa da organização das cidades, a atividade mercantil e artesanal gozou de relativa liberdade. Procurava-se favorecer o abastecimento e formar um mercado local. As *ordenações municipais* proibiam o comércio a varejo aos estrangeiros, mas os estimulavam ao grande comércio.

Havia rigoroso controle de qualidade, com inspeções periódicas. Artigos de primeira necessidade (pão, vinho, pescado, cerveja, cereais) tinham preços sujeitos a regulamentação. Ferro e carvão eram livres. A corporação municipal fixava os salários de trabalhadores temporários, como pedreiros e alfaiates. Outros ganhavam por dia ou sobre peça produzida. As corporações, quando cresciam, reivindicavam para si o direito de controlar o salário dos associados, impedindo a ação municipal.

A unidade de produção típica era a *oficina do mestre*, dono também da matéria-prima e ferramentas; ele ficava com os lucros. *Oficiais* ou *companheiros* ajudavam o mestre; eram filhos ou

parentes, que recebiam um salário. Vinham então os *aprendizes*, filhos do mestre ou de parentes. A ascensão era lenta. Para chegar a mestre, com o passar dos tempos, o artesão devia preencher certas condições, como: pagar direitos, ter filiação burguesa e legítima, realizar uma obra e submetê-la a julgamento pelo corpo de mestres.

Com o desenvolvimento do comércio internacional, surgiram artesãos que dependiam de um comerciante para lhes fornecer matéria-prima e instrumentos de trabalho; estes *jornaleiros* (contratados por jornada) eram trabalhadores miseráveis, sujeitos aos azares do mercado. O comerciante intervinha na produção para obter melhores ganhos. Tratava de comprar matéria-prima barata e pagar pouco pela mão-de-obra. Este novo personagem, o *comerciante manufatureiro*, preparava o aparecimento das *manufaturas* da época moderna.

Questões propostas

1. Como surgiram as cidades medievais? A explicação mais aceita vale para todas as regiões?
2. Que tamanho tinham as cidades no medievo?
3. Quais eram as condições urbanas medievais?
4. Qual era a classe social marcante da cidade medieval?
5. Como se desenvolveu a luta pelo poder nas cidades?
6. Dependendo do caráter das relações entre burguesia e nobreza, formaram-se vários tipos de cidade na Idade Média: quais os três principais?
7. Como se formaram os primeiros tesouros das cidades?
8. Resuma o funcionamento de uma unidade de produção típica da cidade medieval.
9. Quem foi e o que representou o comerciante manufatureiro?

Capítulo 34

O desenvolvimento do comércio internacional

Os primeiros tempos do comércio foram difíceis. Faltavam bons navios, instrumentos, portos aparelhados, estradas transitáveis. Por terra, os mercadores viajavam acompanhados de guardas armados. E ainda havia os pedágios, que os senhores feudais cobravam apenas para aumentar suas rendas.

Com o surgimento de mercados urbanos, companhias mercantis e contabilidade, o comércio deixou de ser itinerante e cíclico, passando a ter caráter constante. Foi uma revolução. Havia um fator favorável ao comércio internacional: a passagem pelas fronteiras era livre. As barreiras políticas só começaram a aparecer no século XV, com a formação dos Estados e o fortalecimento do nacionalismo.

1. Rotas marítimas: Mediterrâneo, Norte e Báltico

A partir do século XI, desaparece o comércio árabe no *Mediterrâneo*. Gênova, Pisa e Amalfi passam a liderar o comércio no Mediterrâneo ocidental. Veneza e Sicília monopolizam o comércio com o Oriente: compram sedas, brocados, estofados de Damasco, algodão, porcelana, marfim, perfumes; fornecem tecidos de Milão, Florença e outras regiões.

Veneza tornou-se a primeira potência marítima, ligada a Bizâncio e em contato com o resto da Europa, pois controlava as passagens dos Alpes. Seus ducados de ouro eram aceitos por toda parte, valendo como moeda internacional.

A segunda força era Gênova. Em 1407, a fundação da Casa di San Giorgio, primeiro banco público da Europa, simbolizou sua pujança. Os italianos comerciavam com os muçulmanos, no Oriente Médio e na África; punham o espírito de lucro acima de tudo, mesmo ameaçados de excomunhão pelo papa. Os venezianos, por exemplo, vendiam madeira e ferro aos muçulmanos,

mesmo sabendo que se transformariam em barcos e armas usados contra os próprios marinheiros venezianos; e, para os haréns sírios e egípcios, vendiam jovens escravas capturadas no Adriático.

O comércio no norte europeu jamais havia desaparecido de todo; na época em que os árabes controlavam o Mediterrâneo, os normandos garantiam a circulação de mercadorias entre Oriente e Ocidente. Isto explica por que a rota do *Mar do Norte* e do *Mar Báltico* tornou-se uma das mais ativas no comércio internacional. Ela completava o circuito comercial que interligava os entrepostos do Oriente Médio (como Constantinopla), as cidades italianas e a Flandres. Esta era o terceiro centro comercial europeu na Idade Média. Seus tecidos de lã chegavam aos mais distantes mercados orientais.

Desde o século XI, comerciantes alemães freqüentavam Visby, no Báltico, levando trigo e sal e trazendo pescado, peles e madeira. Em 1160, surgiu uma companhia que monopolizou esse comércio. Em 1230, comerciantes de Lübeck, Hamburgo e outras cidades fundaram uma associação para evitar a concorrência inglesa. As duas entidades uniram-se em 1358, para enfrentar os piratas e o rei dinamarquês, que cobrava altos pedágios. Surgia a Grande Hansa (Liga) Germânica, com entrepostos em Londres, Bruges, Bergen e Novgorod; comerciantes de noventa cidades aderiram, e a liga conquistou enorme força. Controlando o comércio do norte europeu, transacionava com cereais, peles, cera, mel, madeira, alcatrão, pescado salgado; importava tecido da Flandres, lã da Inglaterra, especiarias do Oriente, vinho e sal do sul europeu.

2. Rotas terrestres

A rota mais importante ligava o norte da Itália à Flandres, completando a circulação comercial que ligava os três centros dinâmicos da época: Constantinopla, cidades italianas e Flandres. No início do século XIII, foi aberta a rota de São Gotardo, graças à primeira ponte de ferro que se conhece, ligando Milão e Europa central. No século XIV, passou-se a usar a passagem de Brenner, ligando Veneza a Augsburg, na Alemanha, e atingindo Viena, Praga e Cracóvia.

O conjunto de vias que ligava o norte da Itália à Flandres chama-se Rota de Champagne, pois

esta região era o grande centro das trocas. As rotas secundárias eram as do Reno, dos Pireneus (Espanha—Champagne) e a da Bretanha (Champagne—Flandres—Inglaterra).

3. O comércio internacional se organiza

As feiras deram impulso enorme às trocas européias depois do século XI. Havia um elemento indispensável à sua prosperidade: a proteção dos senhores feudais e dos reis, que nelas tinham interesse por causa dos impostos cobrados, em troca de salvos-condutos e guardas protetores contra bandidos.

O funcionamento obedecia a mecanismo próprio: primeiro, os tecidos; depois, couros, peles, animais, vinho, trigo e toda espécie de mercadoria vendida a peso, assim como matérias-primas e drogas medicinais. As feiras permitiam o desenvolvimento da técnica de câmbio. Os cambistas também emprestavam dinheiro, contribuindo para o desenvolvimento dos instrumentos de crédito, como as *letras de feira*.

As feiras mais importantes da Europa se realizavam na região de Champagne, em posição privilegiada, no cruzamento das rotas que vinham do norte da Itália e da Provença (sul da França) e se dirigiam à Flandres e à Alemanha.

Várias razões explicam a crise das feiras no fim do século XIII. Uma delas foi a sedentarização do comércio, resultante do crescimento das cidades; outra, o desenvolvimento da indústria têxtil italiana, que fechou o mercado italiano aos panos flamengos; outra ainda, a quantidade de ouro que se concentrou em Gênova, provocando a falência de casas comerciais italianas que operavam na região de Champagne.

O desenvolvimento do comércio internacional fez surgir as sociedades capitalistas, as *companhias mercantis*. A sociedade preferida foi a *comandita*, surgida em Gênova e Pisa: o capitalista fornecia o capital, e os lucros eram repartidos em 75% para ele e 25% para o comerciante.

Existiam ainda sociedades econômicas familiares. Os empréstimos bancários rendiam de 7 a 15% ao ano em Florença e de 20 a 33% em outras cidades. Os fundos vinham de depósitos de clientes, aos quais se garantia um lucro de 6 a 10% ao ano. Os negócios estavam sujeitos a azares como

crises de mercado, guerras, comportamento dos reis. Os Frescobaldi, Peruzzi e Bardi foram à falência por financiar os reis ingleses durante a Guerra dos Cem Anos. A mais famosa companhia italiana foi a dos Medici, de Florença, com filiais em Roma, Veneza, Milão, Genebra, Bruges, Londres, Avignon e Lyon.

As moedas emitidas pelo rei tinham circulação geral, e as dos senhores feudais, circulação local. Diante da variedade de moedas, era necessário um ponto de referência, para se saber o valor de cada uma. Foi criada a *moeda de conta*, originalmente uma moeda cunhada, que aos poucos perdeu o valor e deixou apenas o valor nominal. Este valor era usado como referência para calcular o valor dos produtos.

Com o tempo, também passou a faltar metais (ouro, prata, cobre) para cunhar moedas suficientes. Depois das letras de feira, surgiram as *letras de câmbio*, documentos pelos quais a pessoa declarava ter recebido uma soma e se comprometia a devolver, junto com o juro, em certa data.

4. Acumulação de capital

O desenvolvimento do comércio fez a Igreja mudar de atitude e tornar mais flexível a proibição da usura. Passou a ser aceito o empréstimo a juros nos seguintes casos: quando o emprestador corria risco de perder seu capital; quando o emprestador deixava de ganhar enquanto seu capital estava emprestado; quando havia possibilidade de perda eventual. Autores modernos discordam da tese de que a teoria da usura impediu o desenvolvimento do capitalismo. Sustentam que, ao impedir o empréstimo a juros, a Igreja forçou os possuidores de capital a investimentos produtivos, em atividades agrícolas, comerciais e industriais.

Questões propostas

1. Quais os grandes obstáculos ao desenvolvimento das atividades comerciais na Europa?
2. Quais foram as principais rotas e potências marítimas a partir do século XI?

3. Qual foi a maior força comercial dos mares Báltico e do Norte?
4. Qual a principal rota terrestre da Europa?
5. Que evento surgiu e dinamizou a circulação comercial? Como se desenvolvia esse tipo de evento? Por que entraram em decadência?
6. Qual foi e como funcionava o tipo de sociedade mercantil preferido na Baixa Idade Média?
7. Qual foi a companhia familiar mais famosa? Por que faliram as outras?
8. Com que padrão se orientavam os comerciantes da Idade Média diante da diversidade de moedas existentes?
9. Como se enfrentou a escassez de metais para fabricar mais moedas?
10. Como reagiu a Igreja diante do desenvolvimento comercial?



Cena de uma feira internacional na Idade Média.

Capítulo 35

A transformação do feudalismo

A principal força interna a impulsionar a transformação do sistema feudal era a incapacidade em atender à nobreza, que precisava de novas fontes de receitas. Forças externas estavam ligadas ao desenvolvimento do comércio e das cidades. Fatores internos predominaram e modelaram a ação das forças externas.

De modo geral, observamos dois movimentos básicos: *abertura e fechamento*. Nas regiões onde o capitalismo era mais desenvolvido, o feudalismo caminhou para a abertura. Os senhores feudais, pressionados pela necessidade de consumo de produtos urbanos, eram obrigados a aumentar a produção, o que só seria possível com a substituição do trabalho servil pelo assalariado ou semelhante (Europa ocidental). Nas regiões de pequeno desenvolvimento capitalista, o sistema caminhou para o fechamento; alguns senhores feudais chegaram a aumentar as obrigações dos servos, transformando-os em escravos (Europa oriental, por exemplo a Rússia).

Se havia alta densidade demográfica, substituíam os servos por outros, mais baratos. Se havia pouca terra arável, aumentavam a produtividade com novas formas de trabalho. Se havia muita terra, aumentavam as áreas de cultivo.

Em regiões como o sul, os senhores feudais eram originários de proprietários romanos que tinham regredido sua produção a padrões de subsistência, o que explica sua mentalidade aberta. No norte e leste, havia raízes germânicas e políticas; a mentalidade era mais fechada.

Em regiões de grande desenvolvimento comercial, alta densidade demográfica, pouca terra disponível e origem românica, o feudalismo caminhou para o capitalismo. Capitalismo pouco desenvolvido, baixa densidade demográfica, alta disponibilidade de terra e origem germânica levaram ao escravismo, uma segunda servidão.

1. marginalizou parte da mão-de-obra, que participou das Cruzadas, e contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo;
2. estimulou o espírito científico, na busca de melhoras na produtividade, como a ferradura, a atrelagem em fila, a tração peitoral, o arado;
3. O uso de terras desocupadas.

A produção continuou insuficiente e se acentuou o processo de transformação do sistema feudal.

Mudanças nas relações servis — As divisões da propriedade passaram a levar em conta as terras com melhores condições de cultivo. Nas novas terras, em geral, adotou-se novo sistema de trabalho, baseado em obrigações temporárias. Servos e vilões foram substituídos por jornaleiros. Senhores feudais começaram a valorizar a produção para vender no mercado. O aparecimento do artesanato dava origem a mais artigos de luxo, que os senhores feudais procuravam nas cidades. Muitos, atraídos pela vida na corte ou pelas guerras, deixavam a terra aos cuidados de um administrador. Este se dedicava ao cultivo de vinhas ou produtos que requeriam menos trabalho e rendiam mais; cedia o resto da terra em arrendamento ou parceria, com contratos de até dez ou vinte anos.

Mudanças nas obrigações servis — Os senhores passaram a aceitar a libertação de servos em troca de dinheiro e multiplicaram as banalidades no século XIII. Junto dos arrendatários continuavam a existir os servos, mas a evolução dos tempos os tornara, na prática, camponeses quase livres. As relações deixavam de ser costumeiras e tornavam-se contratuais. As possibilidades de vender excedentes permitiam ao camponês melhorar sua situação e comprar produtos na cidade. A maioria comprava a liberdade. As idéias da Igreja difundidas pelas *ordens mendicantes* contribuíam para melhorar as condições de vida dos camponeses.

1. O processo de transformação

A crise feudal do século XI teve três consequências:

2. A evolução da conjuntura

De modo geral, do século XII ao XV, a economia européia esteve em ascensão. Mas ocorreu

uma grande retração da metade ao fim do século XIV. Uma notável recuperação iria até o fim do século XV.

Retração no século XIV — A crise se explica pela brusca diminuição da população, em prejuízo das atividades econômicas. A *Peste Negra*, causada por um vírus oriental em 1348, dizimou de um terço a metade da população européia. A umidade e a falta de higiene contribuíram para a disseminação da doença. E ainda a baixa produção agrícola, provocada pelo regime feudal e agravada pelas secas, causava escassez de alimentos.

A falta de mão-de-obra valorizou o trabalho rural, elevou os salários e tornou os senhores menos dispostos a conceder liberdade aos servos. O sistema se fechou, mesmo onde já se abria. Vários movimentos sociais impediram o fechamento no Ocidente, provocando ao contrário mudanças no regime de servidão. Os principais: rebelião de jornaleiros na Flandres, de 1323 a 1328; insurreições camponesas na França em 1358; e na Inglaterra, em 1381. Senhores substituíram as obrigações por serviços e parte da produção por contratos, pelos quais os servos ficavam livres, devendo pagar uma renda fixa pelo uso da terra.

Crise de crescimento do século XV — Fatores da nova crise:

1. A incompatibilidade entre dois sistemas antagônicos, feudal e capitalista. Ou choque entre campo e cidade. Surgiam dois problemas: a produção agrícola continuava parada, nos feudos, causando falta de alimentos nas cidades; a produção urbana não tinha saída no campo, por falta de poder aquisitivo. Isto provocava tensão social nas cidades.

2. As dificuldades do comércio internacional.

Os produtos orientais chegavam às cidades após passar por muitos intermediários e viajar milhares de quilômetros, o que os encarecia, num momento em que a nobreza tinha seu poder de compra diminuído.

3. A falta de moedas.

Só havia uma alternativa: abrir o mercado, com a expansão marítima e novas rotas comerciais. Podemos concluir que a expansão marítima dos tempos modernos foi, acima de tudo, resultado direto da crise de crescimento da economia européia, na segunda metade do século XV. Teria sido impossível enfrentar a crise mudando a forma de produção feudal dentro da própria Europa. Com a expansão marítima, a economia entrou em pleno desenvolvimento. O capitalismo saiu da etapa de pré-capitalismo e entrou na fase do *capitalismo comercial*. A solução tinha sido encontrada no comércio, e não na produção.

O capitalismo predominou na Europa e acentuou a transformação do sistema feudal, fazendo-o integrar-se ao novo sistema.

Questões propostas

1. Que elementos condicionaram a transformação do sistema feudal em direção à abertura ou ao fechamento?
2. Quais as conseqüências práticas das transformações pelas quais o sistema feudal começou a passar?
3. Que fatores conjunturais surgiram nos séculos XIV e XV, dentro da tendência à prosperidade da economia européia medieval?
4. Como se resolveu a crise do fim do século XV?

Capítulo 36

As transformações políticas: a França

Desde o século X, o Reino da França se dividia em principados (ducados e condados), que formavam os grandes feudos, junto com os feudos eclesiásticos. Condes, duques e bispos eram como soberanos. A autoridade do rei se resumia ao controle das cidades e do domínio real. O renascimento comercial e urbano e a crise do feudalismo fortaleceram o poder real. A Monarquia Feudal evoluiu para uma *Monarquia Nacional*. Na França, o fenômeno atingiu sua plenitude.

Chamava-se tal poder de nacional porque se estendia sobre a *nação* — um povo com sua língua, religião, usos, costumes e história. Cada nação se assentava sobre um país. A base geográfica e cultural permitia a formação de um *Estado Nacional*. Como o poder do rei se confundia com o Estado, chamamos a esse Estado Nacional de Monarquia Nacional.

As condições para a formação dessas monarquias foram: o desenvolvimento do capitalismo, que significava burguesia mais forte, portanto rei mais forte, pois era apoiado por ela; e a crise feudal, que significava nobreza mais fraca, portanto rei mais forte. A burguesia queria a uniformização do território, com barreiras, leis, justiça, pedágios, impostos, pesos e medidas unificados. Sem mercado interno forte, ela não poderia concorrer com as burguesias de outros países. Na verdade, o interessante seria apenas unificar o Estado, pois, ao centralizá-lo, punha-se o poder nas mãos do rei. Assim, a Monarquia Nacional e sua forma evoluída, o absolutismo, foram um estado de transição entre o poder indireto e o poder direto da burguesia, este conseguido na época contemporânea através de revoluções.

As crises de retração e crescimento favoreceram a centralização do poder real. A crise de retração do século XIV provocou revoltas, e os nobres apelaram ao rei para sufocá-las. Na crise de crescimento do século XV, a alta burguesia também apelou ao rei para conter distúrbios nas cidades; e a expansão marítima, solução para a crise, só se daria caso o rei canalizasse recursos

da nação, pois se tratava de empreendimento muito grandioso.

No plano político também havia elementos favorecedores do poder centralizado. Sendo por tradição hereditário e de origem divina, o poder real não sofria interrupção e não tinha de prestar contas a ninguém. Há mais um fator indireto da centralização: o aparecimento do ensino universitário. Os burgueses *legistas* passaram a conhecer o Direito Romano e a encontrar meios de justificar legalmente o direito exclusivo dos reis de distribuir a justiça e fazer as leis.

1. Mecanismos da centralização

Para dominar o aparelho de Estado, o rei precisa ter o monopólio de três elementos: *força, justiça e tributação*. O rei conseguiu o monopólio da força criando exércitos mercenários, que substituíam o antigo exército vassalo. O aparecimento da infantaria democratizou o exército e marcou a decadência da cavalaria e da nobreza. As *milícias* urbanas constituíam característica marcante dos exércitos nacionais.

A força permitia ao rei cobrar impostos e ampliar seus domínios, eliminando o poder dos nobres. O rei organizou leis escritas, em substituição às leis costumeiras feudais. A transformação da corte real em corte de justiça da nação foi o passo final para a centralização.

2. Evolução da Monarquia na França

O feito dos primeiros quatro reis capetíngios (987-1108) foi preservar a dinastia, fortalecendo a hereditariedade. Os domínios reais aumentaram quatro vezes quando Luís VII casou com Alienor, herdeira do Ducado da Aquitânia. Luís VII (1137-1180) deixou o governo para chefiar a Segunda Cruzada. Divorciou-se de Alienor, que casou com o futuro rei Henrique II da Inglaterra, Henrique de Plantageneta, nome da dinastia iniciada por ele, tendo como símbolo uma planta, a giesta. Até Luís VII, houve progressos políticos, com muito respeito e confiança no rei.

Filipe Augusto — Com o filho de Luís VII, a centralização entrou em fase decisiva. Filipe, em guerra contra a Flandres, estendeu a frontei-

ra dos domínios até o Rio Somme. Instigou a divisão entre os reis ingleses. Atraiu Ricardo, Coração de Leão, para a Terceira Cruzada e, voltando do meio do caminho, atacou a Normandia. Depois da cruzada, Ricardo o derrotou, mas morreu combatendo um vassalo rebelde. Filipe derrotou então João Sem-Terra, novo soberano inglês, e arruinou o domínio plantageneta na França. João Sem-Terra organizou uma coligação, mas foi novamente derrotado. Houve exaltação nacional na França e, em 1215, João foi obrigado a aceitar a *Carta Magna*, imposta pelos barões ingleses para limitar-lhe o poder. Filipe outorgou cartas de comuna a várias cidades. Paris tornou-se a capital do reino.

Luís IX — Muito religioso, participou de duas cruzadas e morreu na oitava (1270), o que lhe valeu a canonização. Instituiu o *direito de apelo*: todo cidadão poderia apelar para a corte do rei. Combateu os duelos e guerras privadas. Apaziguou as relações com os reis ingleses.

Filipe IV, o Belo — O processo de centralização atingiu o auge. Filipe, o Belo, cercou-se de legistas que legitimaram o poder real. O fato culminante do reinado foi a luta contra o poder universal do papado. Bonifácio VIII, então papa, opôs-se à cobrança de impostos sobre bens da Igreja, e Filipe proibiu que as rendas eclesiásticas fossem remetidas a Roma. O papa ameaçou-o com a excomunhão. Um legista de Filipe, Nogaret, acusou Bonifácio de heresia e simonia. Filipe foi excomungado. Nogaret invadiu a Itália e cercou a vila do papa que, idoso e magoado, morreu. Sucedeu-o um papa de transição, Bento XI; o seguinte, Clemente V, era francês e sua eleição foi influenciada por Nogaret. Clemente V transferiu a sede do papado para Avignon, sul da França, em 1309. Os papas ali residiram até 1377.

O papa passava a instrumento do rei. Autorizou o Estado a cobrar o dízimo sobre o clero. Filipe tinha outras fontes de renda: *empréstimos*, impostos sobre operações comerciais, e *subsídios*, pagos por quem quisesse ficar livre do serviço militar. Ainda havia meios menos legais de obter recursos: alterar o conteúdo das moedas ou confiscar bens de judeus ou comerciantes italianos.

Filipe voltou-se então para os *templários*, ordem de cavaleiros enriquecidos durante as Cruzadas, que, como um banco, emprestavam dinheiro ao papa, aos reis e príncipes. O rei queria confiscar-lhes os bens e, acusados por Nogaret de perversidades, eles foram presos em massa. O mestre da ordem, Jacques de Molai, foi queimado vivo com outros 54 cavaleiros.

Com a morte de Carlos IV, filho e sucessor de Filipe, a sucessão se complicou. Carlos não tinha filho homem e a lei dos francos sálhos (*lei sália*) impedia a ascensão de mulheres. Os franceses decidiram-se por Filipe VI de Valois, sobrinho de Filipe, o Belo, que inaugurou nova dinastia. Os capetíngios tinham restaurado o poder real e organizado o Estado. Agora se iniciaria um período de conflitos com a Inglaterra.

3. A Guerra dos Cem Anos

Havia duas razões principais para a guerra: Eduardo III, neto de Filipe, o Belo, e rei da Inglaterra, iniciou a invasão em 1337, intitulando-se rei da França; a segunda causa, de natureza econômica, opunha interesses franceses e ingleses na disputa pela hegemonia sobre a Flandres.

Os ingleses tiveram vitórias espetaculares até que a Peste Negra obrigou os combatentes a uma trégua. A guerra recomeçou em 1355, e os franceses foram novamente derrotados. Em 1360, assinaram a Paz de Brétigny: os ingleses renunciavam à coroa francesa mas recebiam a suserania sobre todas as regiões conquistadas.

Com Carlos V (1364-1380), a situação pendeu para os franceses. O nobre Bertrand Duguesclin aniquilou três exércitos, após dominar o rei de Navarra e aliado dos ingleses, Carlos, o Mau. Mas a fase seguinte foi difícil, pois o rei francês Carlos VI, com 12 anos, ficou sob a regência de parentes e, a seguir, eclodiu uma guerra civil entre partidários do Duque de Orléans e do Duque de Borgonha, João Sem-Medo. Aliado aos ingleses, João tornou-se chefe do reino mas foi assassinado por partidários do rei. Seu filho Filipe, o Bom, aliou-se definitivamente aos ingleses, que impuseram aos franceses o Tratado de Troyes, em 1420. O tratado determinava que a filha de Carlos VI casasse com Henrique V da

Inglaterra, que passava a ser rei da França. Morto Carlos VI, Carlos VII, herdeiro legítimo, passou a ser reconhecido no sul.

Em 1429, um fato extraordinário mudou o curso da guerra. Orléans, sitiada pelos ingleses, foi libertada por uma camponesa mística, Joana d'Arc. Após outras vitórias, Carlos VII foi coroado, em meio ao entusiasmo nacional. Os borguiñhães prenderam Joana e a venderam aos ingleses, que, imaginando apagar a chama nacionalista francesa, acusaram-na de bruxaria, e a Igreja a queimou viva em Ruão, em 1431.

A paz entre o Duque de Borgonha e Carlos VII enfraqueceu os ingleses. Os franceses os derrotaram em Formigny (1450) e Castillon (1453), tomando Bordeaux e pondo fim à Guerra dos Cem Anos.

4. Reafirmação do poder real

Carlos VII, aconselhado pelos legistas, governou com poderes quase absolutos. Alguns impostos tornaram-se permanentes: sobre a venda de mercadorias (*aides*); sobre o sal (*gabela*); sobre pessoas ou sobre suas terras (*talha*). A reorganização financeira permitiu a manutenção de um exér-

cito, poderoso, com o aperfeiçoamento da cavalaria, artilharia e corpo de arqueiros.

Luís XI (1461-1483), sucessor de Carlos VII, reafirmou o poder real, a fim de concretizar o ideal do poder absoluto.

Questões propostas

1. Em que consistia a Monarquia Nacional?
2. Que fatores contribuíram para a formação das Monarquias Nacionais?
3. Por que se diz que Filipe Augusto inicia verdadeiramente o processo de formação da Monarquia Nacional na França?
4. Quem completou o processo de centralização do poder? Resuma seu reinado.
5. Por que explodiu a Guerra dos Cem Anos? Resuma seus principais episódios.
6. Que feitos notabilizaram Carlos VII além da vitória contra os ingleses?



Os habitantes de Troyes entregam as chaves da cidade ao rei Carlos VII e a Joana d'Arc.

Troyes foi a primeira cidade libertada por Joana d'Arc no seu caminho para Paris.

Capítulo 37

As transformações políticas: Inglaterra, Sacro Império, Itália e Península Ibérica

1. Inglaterra

Em 1066, o duque normando Guilherme, o Conquistador, partiu da Normandia para conquistar a Inglaterra e venceu o herdeiro legal, Haroldo. Guilherme dizia que Eduardo, o Confessor, lhe havia deixado o trono em herança.

Graças a Guilherme, a nobreza inglesa tornou-se menos poderosa que a francesa. Não havia feudos grandes e todo senhor jurava fidelidade ao rei. O país foi dividido em condados, governados por *xerifes*. O rei tinha mais controle sobre os súditos do que o rei da França, de quem era vassalo.

Henrique II — De origem francesa, Henrique (1154-1189) nem falava inglês. Foi poderoso, como Guilherme. Reunia a Grande Assembléia três vezes por ano. Nomeou juízes que percorriam os condados, presidindo tribunais em que os jurados levantavam provas testemunhais, origem do júri.

Pela *Constituição de Clarendon* (1164), Henrique tentou abolir a autonomia judiciária da Igreja, contra a oposição do bispo de Cantuária, Thomas Becket, que acabou assassinado. Ameaçado de excomunhão, Henrique se penitenciou, peregrinando ao túmulo de Becket. Apesar do insucesso, Henrique continuava poderoso. Iniciou a conquista da Irlanda, em 1171.

João Sem-Terra — Em seu governo (1199-1216), a política externa foi mal conduzida. Perdeu feudos ingleses na França, no choque com Filipe Augusto. Recusou-se a reconhecer o bispo de Cantuária, Estêvão Langton, e foi excomungado. O papa ofereceu a coroa inglesa a Filipe, que desembarcou em Dover em 1213. João teve de se submeter ao papa.

Em 1215, os barões ingleses impuseram a

João Sem-Terra a *Carta Magna*: o rei não podia baixar impostos sem consentimento do Grande Conselho, composto de prelados, barões e condes; nenhum homem livre podia ser preso sem julgamento; se o rei violasse a lei, perderia terras e bens. A Carta deve ser considerada o fundamento das liberdades inglesas.

Henrique III — Filho de João Sem-Terra, Henrique III (1216-1272) foi detestado por aproximar-se dos conselheiros estrangeiros. Suas desastradas iniciativas militares levaram o Grande Conselho, já chamado de Parlamento e dirigido por Simon de Montfort, a impor-lhe certas reformas, as *Provisões de Oxford* (1258), que transferiam o poder para a nobreza. Sucedeu-se uma guerra civil e o rei foi preso. Durante a luta, o talentoso Simon convocou o *Grande Parlamento*, aí incluídos também cavaleiros dos condados e gente do povo, a burguesia. Foi o primeiro Parlamento inglês de caráter nacional. Simon foi despótico e, após sua morte, Henrique recuperou o poder.

Eduardo I — As guerras contra escoceses e gauleses obrigaram Eduardo I (1272-1307) a convocar regularmente o Parlamento, verdadeira assembléia representativa da nação inglesa. A casa cresceu tanto em poderes, que depôs Eduardo II em 1327 e pôs seu filho Eduardo III no lugar. Por volta de 1350, o Parlamento se dividia em: *Câmara dos Lordes*, de prelados e barões; e *Câmara dos Comuns*, de cavaleiros e burgueses.

Enquanto a França caminhava para o absolutismo, a Monarquia inglesa evoluía do poder absoluto para a Monarquia constitucional.

Ricardo II, neto de Eduardo III, foi um incapaz. Seu primo Henrique de Lancaster o depôs e se fez reconhecer rei pelo Parlamento, como Henrique IV. A Dinastia Plantageneta deu lugar à Dinastia de Lancaster. Os inimigos de Henrique IV e Henrique V se agruparam em torno dos duques de York, descendentes de Eduardo III que queriam o trono. O conflito, iniciado em 1450, ficou conhecido como *Guerra das Duas Rosas*: a branca, dos York; a vermelha, dos Lancaster. Em 1461, Eduardo IV, um York, tornou-se rei. Morto em 1483, recomeçou a guerra, por causa da crueldade de Ricardo III, seu irmão e sucessor.

Em 1485, Henrique Tudor, genro de Eduar-

do IV, Lancaster por parte de mãe, reconciliou os grupos e, com o nome de Henrique VII, iniciou a Dinastia Tudor, que implantaria o absolutismo na Inglaterra.

2. Evolução do Sacro Império

A eleição de Frederico Barba-Ruiva, em 1152, aliviou a tensão entre as duas grandes casas alemãs, os Welfs e os Staufen, pois ele descendia das duas famílias. Frederico tinha objetivos ambiciosos demais: reimplantar a autoridade alemã na Itália e impedir o papado de ter papel político. Ele destruiu Milão em 1162, mas passou a sofrer derrotas em 1167, quando as cidades do norte da Itália formaram a Liga Lombarda. Frederico foi obrigado a assinar a paz.

Reconciliado com os lombardos em 1183, Barbarruiva estendeu sua autoridade sobre Boêmia, Hungria e Dinamarca. Casou o filho Henrique VI com a herdeira do trono da Sicília, ampliando sua área de influência. Morreu em 1190, após participar da Terceira Cruzada.

O sucessor, Henrique VI, morreu logo, deixando o herdeiro Frederico II, com meses de idade. O papa Inocêncio III tornou-se tutor do reino e destacou-se como expressão política: convocou a Quarta Cruzada, excomungou João Sem-Terra, combateu hereges do sul da França e aprovou as primeiras ordens de Frades Pregadores e Irmãos Menores.

Frederico II, herdeiro do trono da Sicília, retomou a política do avô Barbarruiva e invadiu a Itália. O papa Inocêncio IV, refugiado em Lyon, convocou um Concílio, que depôs Frederico em 1245. Ele morreria cinco anos depois.

3. Composição política da Itália

A Itália estava dividida no século XIII. Ao norte, ao lado de Estados feudais, havia pequenas repúblicas, com suas capitais: Milão, Veneza, Verona, Gênova, Siena. Mais abaixo, os Estados pontifícios. No sul, o Reino da Sicília. O conflito entre papado e Império Germânico impedia a unidade política.

A intervenção papal na política levou alguns chefes italianos a apoiar o imperador germânico, formando o partido imperial, dos *gibelinos*; os partidários do papa eram os *guelfos*. A luta entre os dois ensanguentou a Itália. Mas as cidades do

norte se desenvolveram, passando a desempenhar extraordinário papel político.

4. Evolução da Península Ibérica

Os reinos cristãos visigóticos, formados ao norte da Península Ibérica durante a conquista árabe, iniciaram a reconquista no século XI, fazendo os muçulmanos recuar para o litoral. A Batalha de Las Navas de Tolosa, em 1212, quando os cristãos, comandados por Pedro II de Aragão, derrotaram os muçulmanos, marca os passos finais da ocupação.

Formaram-se Estados independentes, como Aragão, Castela, Navarra e Leão. De Leão se separou o Estado de Portugal. Da união dos quatro reinos se formaria a Espanha, consolidada em 1492 com a expulsão dos mouros de Granada. O casamento do herdeiro do trono de Aragão, Fernando, com a irmã do rei de Castela e Leão, Isabel, deu origem oficial à Espanha em 1469.

Questões propostas

1. Como começa a formação da Inglaterra moderna?
2. Como Henrique II continuou a política de Guilherme, o Conquistador?
3. O que aconteceu durante o reinado de João Sem-Terra?
4. Qual o fato político marcante do reinado de Eduardo I?
5. Estabeleça a comparação: que caminhos inversos tomavam os regimes políticos na Inglaterra e na França?
6. O que desencadeou e o que pôs fim à Guerra das Duas Rosas?
7. Que política desenvolveu o soberano alemão Frederico Barba-Ruiva?
8. Que quadro político encontramos na Itália do século XIII? Qual a causa de tal quadro?
9. Resuma a evolução da Península Ibérica a partir do século XI.

Capítulo 38

As transformações religiosas e culturais

Durante a Baixa Idade Média, o fenômeno mais importante da evolução da Igreja foi o declínio da autoridade papal. Dentre as transformações culturais, merece destaque o movimento nas universidades; nas artes, a construção de igrejas.

O apoio político permitiu à Igreja expandir-se e combater seitas rivais, mas também a subjugou aos interesses de reis e imperadores. A Querela das Investiduras representou uma virada. A Igreja passou a dominar a política. Inocêncio III, julgando-se representante de Deus, depunha quem não se submetesse à Igreja. O poder do papado vinha da divisão do poder político, característica do sistema feudal.

As transformações da Baixa Idade Média provocaram o declínio dessa hegemonia.

Poder real X papado — O choque ficou claro na disputa entre Filipe, o Belo, rei da França, e Bonifácio VIII, que exigia para a Igreja o direito de não pagar imposto. O conflito terminou com prisão e morte do papa em 1303. Filipe, o Belo, impôs a transferência do papado para a França. Foi o *Cativeiro de Avignon*, entre 1309 e 1377.

Concílio X papado — O papado voltou a Roma mas, em 1378, foram eleitos dois papas: Urbano VI e, em Avignon, Clemente VII. O *Grande Cisma* só terminaria em 1417 e provocou um movimento reformista. Surgiu a *teoria conciliar*: não só o papa (cabeça) mas os fiéis (corpo) representavam a vontade de Deus e deveriam dirigir a Igreja através de seus representantes, os bispos.

1. A crise da consciência religiosa

O capitalismo pegou a Igreja desprevenida. Ela ignorou a nova mentalidade urbana. Além disso, o enriquecimento de membros do clero dificultava a prática da virtude fundamental, a pobreza. Muitos cristãos faziam críticas.

Movimentos heréticos — A insatisfação gerou, no século XII, as *heresias*, palavra de origem grega que significa erro, opinião diferente. O movimento mais importante foi o *valdense*, iniciado por Pedro Valdo, comerciante de Lyon. Vendeu seus bens, deu o dinheiro aos pobres e passou a pregar a pobreza. Acabou excomungado, mas suas idéias se espalharam: não jurar, recusar a pena de morte, a hierarquia da Igreja e a crença em purgatório, indulgências e veneração de santos.

A heresia *albigense*, nascida em Albi, França, pregava a existência de um deus do bem, criador da alma, e de um deus do mal, criador do corpo. Proibia o casamento, para evitar a procriação e legitimava o suicídio.

A Igreja enviou legados, para converter os heréticos. O assassinato de um legado em Toulouse, em 1208, fez Inocêncio III convocar uma cruzada. Luís VIII interveio, permitindo aos hereges manter seus territórios, desde que cedessem parte deles ao rei.

A ingerência política não enfraqueceu a luta anti-herética. Um forte instrumento era o tribunal da *Inquisição*. Condenando os hereges à fogueira, os inquisidores eliminaram a heresia albigense e enfraqueceram a valdense. Mas tais movimentos haviam mostrado a inquietação que dominava a cristandade.

Ordens mendicantes — Seus membros viviam da caridade. Um exemplo foi a ordem dos *Dominicanos*, fundada por Domingos de Gusmão, que pregou aos hereges albigenses. Outra ordem importante foi a dos Irmãos Menores, ou *Franciscanos*, fundada por São Francisco de Assis. Filho de rico comerciante, passou a viver na pobreza e juntou vários discípulos em torno da capela que construiu em Assis. Estimulava a vida em contato com a natureza.

2. Transformações culturais

Na Alta Idade Média houve estagnação cultural. Só as bibliotecas dos mosteiros haviam escapado às invasões. Monges *copistas* mantinham a tradição da leitura e da escrita. Os mais instruídos escreviam versos, tratados de teologia, crônicas de história, descreviam pestes, passagem de cometas, batalhas, tudo em latim prolixo, cheio de citações antigas.

O progresso comercial, a partir do século XII, tornou importante o saber ler e contar. Surgiram escolas organizadas por burgueses. O ensino deixava de ter caráter religioso e tornava-se leigo. A autorização para ensinar era dada pelos bispos, pois a Igreja não queria perder sua influência. Isto uniu professores e estudantes contra os bispos, num agrupamento de estudos que se chamou *universidade* (conjunto) e teve a aprovação do papa: ele desejava a ampliação dos estudos religiosos.

Os cursos universitários — A universidade compreendia quatro faculdades: *Artes*, com estudos gerais (Gramática, Retórica, Dialética-Lógica, Aritmética, Música, Geometria e Astronomia); *Direito*; *Medicina*; e *Teologia*. À frente, um reitor escolhido mediante critérios próprios de cada escola. O ensino era ministrado em latim.

A universidade de Salerno (século XI) é considerada a mais antiga da Europa. A de Paris foi a mais importante. Por ali passaram os maiores mestres do final da Idade Média, como Tomás de Aquino, dominicano que ensinava Teologia segundo métodos da filosofia de Aristóteles.

Filosofia medieval ou escolástica — A Filosofia se desenvolveu, sob influência dos intelectuais muçulmanos, introdutores dos métodos de raciocínio gregos. *A escolástica* era uma filosofia aplicada à Teologia. Tomás de Aquino, seu maior representante, resumiu na *Suma Teológica* todas as idéias da Idade Média: era um manual para todos os seminários católicos. Esses mestres aplicavam o raciocínio indutivo sem observar os fatos; contribuíram pouco para o progresso da ciência humana. A escolástica serviu apenas de instrumento à Teologia.

No fim do medievo, o pensamento escolástico começou a mudar. Roger Bacon (1214-1294) recomendava o exame das autoridades escolásticas, a observação da natureza e a experimentação como caminhos para o conhecimento.

Desenvolvimento da literatura — A *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, foi obra precursora do Renascimento italiano. Dante escrevia em dialeto toscano, que se tornou a língua literária da Itália.

Transformações na arte — Demonstrando a fé da época, entre 1060 e 1150 o Ocidente se cobriu de igrejas. Predominaram os estilos românico e, depois, gótico, evolução que representou uma renovação artística, correspondente às transformações gerais na estrutura da sociedade da Baixa Idade Média.

O uso de arcos de pedra, típicos das construções romanas, para cobrir as igrejas, resolveu o problema das coberturas de madeira, sujeitas a infiltração de água e incêndios. A decoração era simples, com alguns capitéis sobre as colunas.

O espírito de fé associado ao crescimento das cidades deu origem ao pujante estilo *gótico*, possível graças aos arcos ogivais, que permitiam disposição variada, com diversos arcos cruzados, repousando sobre colunas. A construção ficou mais sólida, as paredes se encheram de vitrais, dando ao ambiente fulgurante iluminação.

No estilo *românico* havia poucas torres, curtas, lembrando castelos medievais; no estilo *gótico* elas se multiplicaram e tomaram forma afilada, pontiaguda, dando sensação de leveza ao conjunto.

Questões propostas

1. Por que começou a declinar o poder do papado? Cite um sintoma.
2. Que foi o Grande Cisma?
3. O que sinalizavam os movimentos heréticos surgidos no século XII? Cite os dois principais e descreva-os.
4. Como a Igreja combateu os hereges?
5. Como sobreviveu a cultura na Idade Média?
6. Qual a origem da universidade? O que ensinavam?
7. O que era escolástica? Qual a principal obra intelectual da época?
8. Resuma a passagem do estilo românico para o gótico.

Capítulo 39

O Oriente Medieval: Japão, China e Índia

A China exerceu grande influência sobre os habitantes do pequeno arquipélago japonês, transmitindo-lhes sua forma de governo imperial baseada na autoridade religiosa.

No século X, a corte dos imperadores Fujiwara, de Quioto, tornou-se alvo de rebeliões entre famílias nobres que disputavam o poder. Os Fujiwara se valeram das milícias de dois clãs: os Minamoto e os Taira. Essas milícias ganharam tanto prestígio que no século XII passaram, elas próprias, a disputar o poder. Yoritomo, chefe Minamoto, venceu e, em 1192, se fez proclamar *xogum*. Começava o *xogunato*, semelhante ao sistema feudal dominante na Europa no mesmo período.

1. O tempo dos samurais

No século XIII, foi reduzida a autoridade dos imperadores. Indicados ainda crianças, eram forçados a abdicar ao atingir a maioridade ou iam viver em conventos budistas. Quem controlava o Estado era o xogum, sempre às voltas com a rebeldia de outros proprietários de terras, os *daimios*, que resistiam contra os impostos. Os daimios enfrentavam também inimigos externos, como piratas e impérios vizinhos.

O Japão só seria unificado no século XVI. Então, diminuiriam as lutas internas e iria perdendo prestígio a casta dos guerreiros, os *samurais* (aqueles que servem). A relação deles com os daimios era semelhante à de suserania e vassalagem entre cavaleiros e senhores feudais da Europa ocidental. O samurai também jurava fidelidade, prometendo lutar pelo daimio e por suas propriedades. Como recompensa, recebia uma parte das terras. O código de honra, ou *bushido*, exigia grande senso de dignidade. O samurai chegava a praticar suicídio, no ritual de *seppuku*, se falhasse com o dever ou fosse feito prisioneiro. Suas armas eram duas espadas, arco e flecha e a *maginata*, vara longa com uma lâmina curva na ponta. Usava armadura.

Na guerra, os exércitos inimigos perfilavam-se

um diante do outro e expunham as razões da luta. Duas flechas incendiadas eram lançadas para o ar. E começava o combate, corpo a corpo.

Diferente do cavaleiro medieval europeu, o samurai aprendia a escrita e valores espirituais. A doutrina *zen-budista* tinha grande aceitação, por propor o autocontrole das emoções. Foi formada pela assimilação do budismo ao culto tradicional japonês dos espíritos da natureza, o *xintô*. Um ditado da época resumia a importância da paz de espírito para adquirir autoconfiança na luta: *Praticar as artes da paz na mão esquerda e as artes da guerra na direita*.

Os camponeses, que trabalhavam a terra como servos em troca de proteção, compunham a maioria da sociedade. Também havia artesãos, prestigiados pelo primoroso trabalho na fabricação de espadas e armaduras; e comerciantes.

Nessa sociedade hierarquizada, a pessoa era designada pela posição que ocupava na família ou grupo social. O homem podia desposar uma segunda mulher se a primeira não lhe desse filho homem. Mulheres desempenhavam papel secundário. Responsabilizavam-se por rituais, como a cerimônia do chá e a arte de arranjos florais, *ikebana*. As *gueixas* (pessoas que praticam a arte) divertiam os samurais.

O teatro era arte exclusiva dos homens. O zen-budismo influenciou a criação do teatro *nô*, no século XV, caracterizado por economia de gestos, linguagem simbólica e cenário apenas sugerido. O teatro de marionetes e o satírico *kabuki* eram mais populares.

2. A China: isolamento e reabertura

Em 960, o general Chao Kuang-yin unificou o norte da China e fundou a dinastia Sung. Organizaram-se partidos, e a população teve acesso a livros e ao primeiro papel-moeda. Mas o sul continuou habitado por bárbaros e, em 1122, os Jurchens tomaram Pequim e a dinastia Sung se deslocou para outra capital.

A desorganização interna favoreceu o expansionismo dos mongóis. Liderados por Gêngis Khan, eles chegaram até a Coréia. Um sucessor de Gêngis, seu neto Kublai Khan, conquistou todo o Império Chinês e chegou até o Rio Danúbio, na Europa.

Na China, Kublai fundou a dinastia estrangeira

Yuan (1280-1368), que construiu e ampliou portos, canais e estradas. Pequim tornou-se um dos maiores centros do mundo e concentrou as mais avançadas escolas de Matemática e Astronomia. Foi nessa época que o italiano Marco Polo chegou à China, abrindo caminho para outros viajantes. Os europeus passaram a importar seda e porcelana, além de conhecimentos tecnológicos, como a produção de explosivos à base de pólvora.

Em 1368, a dinastia Ming expulsou os soberanos mongóis e a China, num movimento nacionalista de retorno às tradições, fechou a *Rota da Seda* e se isolou. Apesar disso, ampliou seu controle sobre o Oceano Índico rumo à Indonésia, Oriente Médio e África.

A prosperidade predominou até o século XVI, quando navegadores portugueses aportaram em Macau, no sudeste do Império. Começava um processo de penetração de interesses comerciais europeus na China.

3. Índia: sob domínio estrangeiro

No século VIII, os árabes ameaçaram a Índia pela primeira vez. Em 1192, o norte indiano tornava-se domínio muçulmano, com o nome de *Sultanato de Delhi*. Por este território, multiplicaram-se as construções árabes típicas, como mausoléus e mesquitas, com suas abóbadas, as coberturas encurvadas, e minaretes, as torres de onde o almuadem chama os fiéis para as orações.

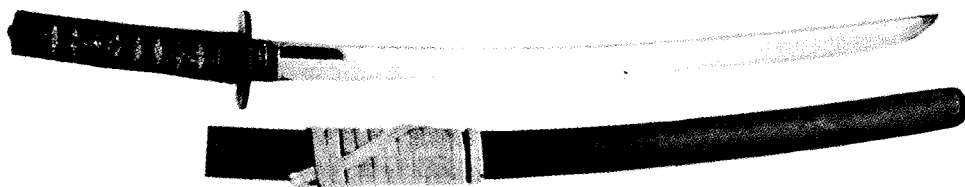
Em 1310, toda a Península Indiana passou a fazer parte do Sultanato. Mas os invasores também assimilaram elementos da cultura local, como o sistema de *numeração decimal*, mais tarde difundido na Europa com o nome de sistema indo-arábico, ou simplesmente arábico.

Depois dos árabes, vieram os mongóis, chefia-

dos por Baber, herdeiro do Grande Khan. Os mongóis permaneceriam por duzentos anos; reprimiram rebeliões e unificaram o império, deixando traços de uma brilhante civilização. Uma de suas maiores expressões é o mausoléu de *Taj Mahal*, de mármore branco decorado com mosaicos e incrustado de pedras preciosas. Com o declínio do Império Mongol, formaram-se pequenos estados nacionalistas hindus, que só conseguiriam expulsar o invasor árabe em 1738.

Questões propostas

1. Em que aspectos os guerreiros japoneses (samurais) se aproximavam e se diferenciavam dos cavaleiros medievais do feudalismo europeu?
2. O que significava o ditado da época "Praticar as artes da paz na mão esquerda e as artes da guerra na direita"?
3. Que papel estava reservado à mulher no Estado militarista japonês da Idade Média?
4. Que conseqüências sobrevieram da conquista da China pelos mongóis?
5. O que houve de diferente entre o contato europeu com o Império Chinês no século XIII e no século XVI?
6. Qual a grande contribuição cultural que resultou da ocupação árabe na Índia?
7. Depois do domínio mongol e do declínio de seu império, o que aconteceu na Índia?



Moderna *tachi* e respectiva bainha.

Capítulo 40

Povos pré-colombianos: maias e astecas

Segundo cálculos difíceis de confirmar, viviam na América cerca de 40 milhões de pessoas quando Colombo desembarcou na ilha de Guanani em 1492. Calcula-se que falavam 2 000 línguas, pois a maioria vivia em pequenas aldeias isoladas, apesar da existência de grandes impérios, com cidades maiores que Lisboa e Madri.

Quase todos esses povos viviam em comunidades, em que os meios de produção eram propriedade coletiva. Todos dividiam as tarefas de acordo com a idade e o sexo. Cada grupo tinha seu chefe, geralmente o mais valente, mais sábio ou descendente do fundador. Pais ou pessoas mais velhas educavam as crianças.

Dentre os grandes grupos em que se dividiam, destacam-se: os *maias*, habitantes da atual Península de Iucatã; *astecas*, do México; *incas*, do Peru; na América do Norte, havia os *esquimós*, *na-denes*, *sioux*, *apachese* *iroqueses*, entre outros; na América do Sul, os *chibchas*, *aruaques*, *jês*, *caribes*, *tupis*, *guaranis*, *araucanos*.

1. Olmecas, teotihuacanos e maias

Entre 5000 e 4000 anos a.C., civilizações da América Central e do México tornaram-se sedentárias e passaram a cultivar milho, feijão, abóbora e outros produtos. Por volta de 2000 a.C., surgiram centros urbanos, organizados em torno da caça, pesca e agricultura. Aldeias transformaram-se em centros cerimoniais, especialmente com o culto à fertilidade. Destacou-se então a classe dos *sacerdotes*, que detinha a sabedoria e ficava com o excedente agrícola.

A construção de barragens e canais fez aumentar a produção agrícola, acompanhando o crescimento da população. O centro religioso também se tornou centro comercial e político, passando a dominar povoados vizinhos.

Os olmecas

Por volta de 1500 a.C., desenvolvia-se a civi-

lização agrícola dos *olmecas*, com influência em toda a América Central. Colhiam milho três vezes ao ano. Tinham reservatórios de água construídos com pedras, trazidas de até 150 quilômetros de distância. Faziam canoas, roupas, esteiras, máscaras, cordas, bolas de borracha e vasilhas de barro. Exerciam trocas com povos distantes, adquirindo penas, peles e pedrarias, que transformavam em ornamento e objetos de arte.

Sacerdotes dirigiam as comunidades e viviam de impostos pagos por camponeses e artesãos. O principal deus era o *Jaguar*, protetor da terra, da chuva e da agricultura. Os olmecas deixaram para outras civilizações uma avançada técnica agrícola, um sistema de escrita e numeração, um calendário com ano religioso de 260 dias e ano civil de 365 dias; uma religião organizada; um jogo de bola; a arte de lapidar a pedra; e uma arquitetura religiosa.

Os teotihuacanos

Sucessores dos olmecas, os teotihuacanos estabeleceram-se no fértil Vale do México, de clima temperado, com caça e pesca abundantes. Ergueram grandes construções, especialmente templos, faziam cerâmica colorida e jogavam bola. O auge da civilização se deu a partir de 700 a.C., época da fundação de Roma, até 550-600 d.C.

Suas primeiras casas eram de barro, palha e troncos. No início faziam queimadas. Desenvolveram dois sistemas para enfrentar as secas: a irrigação e o sistema *chinampas*, de plantação sobre esteiras de varas flutuantes, colocadas no lago de Texcoco. Seus centros cerimoniais também se transformaram em centros religiosos, políticos e comerciais, que se impuseram sobre os vizinhos.

Doenças, rebeliões ou mudanças climáticas são hipóteses levantadas para explicar o desaparecimento da civilização teotihuacana. Suas cidades também podem ter sido atacadas e saqueadas. Ainda se observa o vestígio de suas realizações nas ruínas de Teotihuacán: a *Pirâmide do Sol*, com cinco terraços superpostos, com 65 metros de altura e 225 de lado; a *Pirâmide da Lua*; o *Palácio de Quetzalcoatl*, com suas belas esculturas; a *Avenida dos Mortos*; as pinturas do *Palácio dos Caracóis Emplumados*.

Os maias

Enquanto desaparecia a civilização dos teotihuacanos, florescia a dos maias, no século IV d.C., na Península de Iucatã, onde hoje ficam o México, Belize e Guatemala. Não formaram um império unificado, mas sim diversos centros, cada um com seu desenvolvimento, apogeu e declínio. Com os maias, atingem o auge os *Estados teocráticos*, em que a autoridade máxima e o poder vêm dos deuses. Isoladas da influência européia, suas cidades cresceram e a cultura atingiu alto estágio. A decadência veio no século XIII, bem antes da invasão espanhola, no final do século XV.

Os maias tinham sistema numérico *vigesimal*, isto é, agrupavam os números em vintena em vez de dezena. Inventaram o *zero*, o que lhes permitia fazer contas complicadas. Calcularam a duração do ano, com diferença de segundos em relação aos cálculos modernos. Calcularam a duração da rotação de Vênus, as fases da Lua; previram eclipses solares. Realizaram congressos para estudar seus avanços em Matemática e Astronomia. Não possuíam alfabeto. A escrita, até hoje quase indecifrável, baseava-se na representação de objetos e idéias.

Na arquitetura, chegaram a usar o arco falso, que consiste em unir duas paredes por meio de pedras que avançam umas sobre as outras. Ergueram colunas com esculturas e estátuas cheias de inscrições e enfeites. Algumas de suas importantes cidades foram *Tulum*, à beira-mar, e *Chichén Itzá*, com a majestosa pirâmide *Uxmal*.

A sociedade estava rigidamente dividida em três classes, às quais o indivíduo pertencia desde o nascimento. Primeiro, a família real, incluindo ocupantes dos principais postos do governo e comerciantes; em seguida, servidores do Estado, como os dirigentes das cerimônias e responsáveis pela defesa e cobrança de impostos, e trabalhadores especializados, inclusive pintores e músicos; na camada mais baixa, os braçais e agricultores. A grandiosidade da civilização foi construída com o trabalho de um povo controlado e disciplinado até o sacrifício.

A religião se assemelhava à de outros povos da região. Os maias acreditavam que o destino do homem era regido pelos deuses. *Itzamna*, senhor do céu, era o principal deus. Mas também havia deuses do Sol, Lua, chuva, vento, vida e morte.

Cultuavam ainda divindades ligadas à caça e à agricultura, como o deus do milho. Ofereciam às divindades diversos alimentos, sacrifícios animais e humanos, em cerimônias que incluíam danças e representações teatrais.

2. Astecas: guerreiros do Colibri Azul

Em 1345, os astecas chegaram ao lago Texcoco, no Vale do México, rodeado de montanhas, 2 000 metros acima do mar. Descendentes dos *mexicas*, ficaram conhecidos como astecas por causa provavelmente de seu local de origem, a ilha de Aztlán ou Aztaclán. De lá saíram com uma promessa do deus *Colibri Azul*: o lugar onde encontrassem uma águia com uma serpente no bico, pousada num cacto sobre uma rocha, seria a terra prometida. Viajaram quase dois séculos até encontrar a águia no lago Texcoco. Deram ao lugar o nome de *Tenochtitlán*, Rocha de Cactos. Outras tribos vindas do norte haviam destruído o império *tolteca*, facilitando a ocupação asteca. Em menos de duzentos anos, a tribo de caçadores e agricultores tornou-se dona de um império com 500 cidades e 15 milhões de habitantes. A capital, Tenochtitlán, era maior que qualquer cidade européia. Alcançaram grande desenvolvimento na Astronomia e nas artes.

Nos primeiros tempos, os astecas se alimentavam de rãs e pássaros; e pagavam impostos aos *tepanecas*, povo para o qual lutavam como mercenários. No início do século XV, uniram-se às cidades de Texcoco e Tlacopán para se libertar dos tepanecas. Em 1440, sob o reinado de Montezuma I, começaram a construção de grandes aquedutos, para trazer água do continente para Tenochtitlán, que ficava numa ilha. Parte do fundo do lago transformou-se em terras cultiváveis. Novos territórios foram conquistados e eles passaram a recolher muito ouro em pó, cacau e algodão como tributos. O império chegou às costas do Pacífico.

Com Montezuma II, os astecas tornaram-se senhores absolutos da região. Em 1521, foram derrotados pelos espanhóis.

A principal atividade econômica foi a agricultura. As terras pertenciam aos nobres e eram cultivadas por escravos ou pessoas que as tomavam emprestadas. Do *milho*, alimento básico, extraíam farinha, com que faziam panquecas

recheadas de girinos, lagartas ou peixes. Do cacau, extraíam uma bebida forte, *xocoalt*. Cultivavam feijão, tomate, pimenta, abóbora, algodão e tabaco. Criavam coelho, cachorro e peru, servidos em refeições importantes. Os nobres comiam tartarugas e caranguejos. Todos se serviam com as mãos.

Os astecas também tiveram comércio desenvolvido. O mercado de Tlatelolco recebia milhares de pessoas diariamente. Havia de tudo: legume, verdura, erva medicinal, machado de cobre, panela, plumas, jóias e até escravos. A semente de cacau era usada como moeda e simbolizava riqueza e poder. De outras regiões, importavam tecidos, papel, borracha, tabaco, peles, cerâmica, ouro. Exportavam ornamentos de cristal, botoque labial, pele de coelho, ervas, agulhas, roupas.

Poder e cultura

Povo guerreiro, que conquistou e dominou os vizinhos, os astecas organizaram uma sociedade dirigida por militares. O rei comandava os exércitos e dividia o poder com a *mulher-serpente*, que era um homem e exercia as funções de chefe do governo: respondia pelas leis, impostos, construções e alimentos. Os militares dividiam-se em três categorias: a primeira formava um Conselho de Estado; a segunda, com oficiais graduados, atuava como juízes e generais; na terceira estavam os menos graduados, responsáveis pela segurança da cidade. Artesãos e comerciantes transmitiam suas profissões aos filhos. Camponeses e escravos formavam as camadas sociais mais baixas. Os escravos eram prisioneiros de guerra, criminosos ou pessoas vendidas pela família. Pessoas sem terra tornavam-se escravos voluntários, para se manterem.

Uma forma de ascender era a bravura na guerra. O rei escolhia os melhores guerreiros como oficiais e lhes dava terras, roupas e jóias.

Os astecas valorizavam a educação. Havia dois tipos de escola, a dos filhos dos nobres, *calmecac*; e a dos filhos do povo, *telpochcalli*. Os mais destavados, geralmente nobres, aprendiam religião e tornavam-se sacerdotes. Dormiam no chão, jejuavam e levantavam-se várias vezes à noite para rezar. Aprendiam a ler, escrever, prever eclipses e secas e a fazer remédios com ervas. Aos 20 anos, saíam do *calmecac* para

casar, trabalhar como escribas do rei e dirigir cerimônias religiosas.

Os pobres treinavam para guerreiros. Aprendiam a obedecer, cavando canais e varrendo os templos. Exercitavam-se com espadas e escudos de madeira. Levavam comida aos guerreiros nos campos de batalha. Aprendiam as leis das cidades, canções e danças religiosas. O jovem guerreiro que capturasse três inimigos se tornava um *mestre de golpes*.

A mulher podia casar aos 16 anos e o homem, aos 20. As guerras causavam baixas na população masculina e praticava-se *apoligamia*, mas a maioria dos homens tinha uma só mulher.

Dentre os muitos deuses adorados, destacavam-se: *Colibri Azul*, deus do Sol do Meio-Dia, e a mãe dele, *Coatlicue*; *Tezcatlipoca*, deus da Noite. Abandonada a condição de caçadores nômades e adotada a agricultura, os astecas passaram a adorar divindades de outros povos: *Quetzacoatl*, deus da sabedoria; *Tlaloc*, da chuva; e a deusa *Terra*. Havia ainda os deuses de cada vila ou profissão. Ao lado do templo do Colibri Azul em Tenochtitlán, com 30 metros de altura, foi construído outro para as divindades que iam surgindo. A cada 52 anos, construíam um templo novo sobre o anterior, para agradecer aos deuses o fato de o mundo não ter acabado. Os espanhóis destruiriam quase todos.

Os astecas ofereciam *sacrifícios humanos* aos deuses. No festival do deus da primavera, sacrificavam um jovem. Os sacerdotes ensinavam que a terra precisava ser alimentada com sangue humano. A Tlaloc, ofereciam sacrifício de crianças no alto de uma montanha. Acreditavam que, quanto mais elas chorassem, mais chuvas Tlaloc enviaria.

Nas *ciências*, os astecas se destacaram por fabricar um papel, batendo a casca da figueira brava até transformar em lâminas, que colavam em forma de sanfona. Usavam a *escrita pictórica*, isto é, desenhavam objetos ou figuras (*glifos*): uma pessoa falando era representada com tiras de papel caindo da boca; um semicírculo de onde saíam estrelas significava noite; etc. Havia também a escrita hieroglífica, baseada em símbolos e sons. Por exemplo, uma *árvore* com *dentes* no tronco significava a cidade de *Quahtitlán*: árvore era *quaitl* e dente, *tlantli*; as duas palavras juntas formavam o som do nome da cidade. Com esta escrita, os astecas produziram até poemas.

Os *curandeiros* recebiam dos sacerdotes os conhecimentos sobre remédios vegetais. Praticavam sangrias, tratavam feridas, cáries, doenças da pele, olhos e ouvidos; faziam massagens, inalações.

Na *construção*, desenvolveram técnicas avançadas, como palanques e rampas de transporte, maquetes, represas, obras de irrigação. Seus templos eram verdadeiros monumentos.

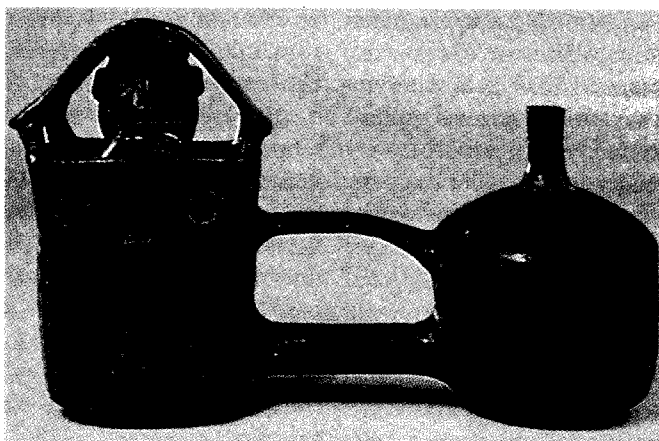
Os *sacerdotes* observavam os astros e eram consultados sobre os mais variados assuntos, desde o nome a dar aos filhos até viagens e negócios. O rei se aconselhava sobre guerras ou mudanças de clima.

Os *ourives* usavam moldes de argila, enchidos com cera, cobertos com mais argila; derretiam a cera, que escorria por um orifício; derramavam ouro derretido; quando esfriava, quebravam o molde e estava pronta a peça. Os espanhóis derreteram todas as que encontraram. Poucas se salvaram. Outras têm sido encontradas em recentes pesquisas arqueológicas.

Questões propostas

1. Quantos eram os habitantes da América Pré-Colombiana e qual é a explicação para que falassem cerca de 2 000 línguas?

2. Como surgiram as primeiras cidades pré-colombianas e quais suas características?
3. Qual a importância dos olmecas para outros povos pré-colombianos?
4. Quando chegou ao auge a civilização teotihuacana? Como enfrentava as secas do Vale do México?
5. Discorra sobre os avanços dos maias na Matemática, Astronomia e arquitetura, dando exemplos. Como era sua escrita?
6. Como se dividia a sociedade maia?
7. Como se formou o império asteca?
8. O que cultivavam os astecas? Que bebida e que alimentos consumiam? Como era o comércio e a moeda?
9. Por que era militarizada a sociedade asteca e como ela se dividia?
10. Como era a religião desse povo? Como os astecas costumavam homenagear seus deuses?
11. Por meio de que escrita se expressavam os astecas? O que sabiam em termos de medicina, construção, astrologia e artes?



Vasilha dupla do período pré-colombiano.

Capítulo 41

Povos pré-colombianos: incas, os filhos do Sol

A civilização inca desenvolveu-se na América do Sul, ao longo da Cordilheira dos Andes, em terras dos atuais Equador, Peru, parte do Chile e Bolívia, que se estendiam por 4 000 quilômetros, com 650 de largura. Duas estradas, uma no litoral e outra nas montanhas, cortavam o território de norte a sul, interligadas por transversais de leste a oeste.

A palavra *inca* pode ser traduzida por chefe, soberano ou nobre. Em 1200 a.C., populações andinas já plantavam milho, faziam roupas e cerâmica. Várias civilizações foram se desenvolvendo, como a *chavin*, a *tiahuanaco*, a *mochica*. Até 1000 d.C., o Peru era habitado por tribos guerreiras. A lenda mais conhecida sobre as origens dos incas conta que eles se estabeleceram em Cuzco no século XII, chefiados por Manco Capac, o primeiro inca (imperador). No século XV, Roca passou a ser o Sapa Inca (Inca Supremo). Pachacuti Inca Yupanqui (1438-1471) conquistou toda a zona montanhosa e Topa Inca Yupanqui (1471-1493) conquistou o litoral e ilhas do Pacífico. Atahualpa estava no poder quando os espanhóis derrotaram os incas: foi executado em 1533.

1. As classes sociais e as leis

Cada um tinha seu lugar na sociedade. O *Sapa Inca*, o rei, era adorado como um deus, descendente do Sol. A seu lado ficava a rainha, *Coya*. Abaixo, vinham os nobres, parentes do rei e os escolhidos por ele para postos de comando, como governadores de províncias, chefes militares, sábios, juízes e sacerdotes. A camada seguinte incluía funcionários públicos e trabalhadores especializados, marceneiros, ourives, pedreiros. Por último, os agricultores.

As *escolas* recebiam apenas filhos da nobreza, que aprendiam leis, religião, arte da guerra e outros conhecimentos. As crianças pobres eram educadas pelos pais.

O Sapa Inca tinha poder absoluto sobre a vida dos habitantes mas não deixava faltar comida, atendia a necessidades urgentes e controlava o

trabalho. Dava atenção especial a velhos, doentes e viúvas. O palácio principal, com grande salões e pátios internos, ficava em Cuzco. Ao lado ficava a casa das *Virgens do Sol*, escolhidas para trabalhar nos rituais.

Cada grupo de dez pessoas tinha um chefe; dez chefes, um *capataz*; dez *capatazes*, um supervisor; e dez supervisores se subordinavam ao *curaca* (o mais velho), geralmente nobre, que obedecia ao governador. Havia *leis* que controlavam o tempo de semear, colher e até os dias de ir ao mercado ou divertir-se.

Um grupo de famílias com os mesmos antepassados se chamava *ayllu*. Elas mantinham vínculos: totêmico (antepassado comum), sanguíneo (eram parentes), territorial (mesma terra) e econômico (trabalhavam coletivamente). Dividiam as terras em três partes: a do Sol, a da Lua e a do povo. O governo recolhia dois terços da produção e estocava para os períodos de escassez.

O *ayllu* sustentou o desenvolvimento do império. Responsabilizava-se pelo trabalho nas três terras, obras públicas, serviço militar e previdência social, através de grandes armazéns onde guardavam roupas e gêneros para qualquer eventualidade.

Os incas baseavam suas atividades no trabalho coletivo. Toda pessoa válida trabalhava. O governo assegurava terra para todos.

2. A agricultura e as técnicas

A economia inca baseava-se na agricultura, desenvolvida especialmente na zona montanhosa dos Andes. Nas florestas, colhiam frutos e caçavam animais, cujas peles curtiavam. No litoral, viviam mais da pesca.

Calcula-se que a população inca fosse mais numerosa que a do atual Peru, isto é, mais de 20 milhões de habitantes. Todo pedaço de terra era cultivado, para não faltar alimento. Lavouras estendiam-se até pelas encostas, com o sistema de terraços andinos: degraus com paredes de pedra com patamares de terra vegetal. A montanha parecia uma grande escada de patamares verdes quando as plantas cresciam. Na parte alta, cultivavam batata, coca e outros produtos resistentes ao frio; nas zonas intermediárias, feijão e milho; na parte baixa, pimenta e frutas, como o abacate. Também selecionavam os melhores pro-

duto. Cultivavam cerca de vinte espécies de milho e quarenta variedades de batata. Adaptaram a agricultura às estações, que determinavam observando os astros.

Os incas usavam ainda dois recursos para melhorar a produtividade da terra: a irrigação, com tanques e canais; e a adubação, com esterco de lhama e de pássaros. Os incas foram o único povo pré-colombiano a criar gado. Domesticaram a *lhama*, que servia para o transporte, fornecia couro, carne e esterco. Criavam a *alpaca* e a *vicunha*, das quais obtinham lã de ótima qualidade.

Para atravessar rios, construíam balsas; jangadas e barcos de junco cruzavam lagos e a costa marítima. Na beira das estradas, que contavam com pontes, erguiam albergues para guardar alimentos, roupas, armas, para os viajantes. Um correio levava mensagens a toda parte: o *chasqui* (mensageiro) percorria um trecho, entregava a mensagem ao colega seguinte e descansava numa cabana, esperando a próxima encomenda.

A história dos incas chegou até nós através de testemunhos orais de poetas e sacerdotes, pois eles não desenvolveram nenhuma escrita. Mas as técnicas que desenvolveram para suprir suas necessidades ainda hoje são consideradas avançadas. Para contar, elaboraram um sistema de numeração decimal chamado *quipu*. As informações eram registradas em cordões de formas diferentes e com diversos nós, presos a um cordão principal. Identificavam a informação pela cor do cordão, número e posição dos nós.

Trabalharam barro, pedra, madeira, tecido, cobre, prata e ouro, que moldavam pelo método da *cera perdida*, como os astecas. No campo da medicina, usavam ervas e a sangria. Há informações de que faziam *trepanação*, cirurgia com perfuração do crânio.

As obras arquitetônicas deixadas pelos incas causam admiração: os terraços para plantio; os

palácios, templos e fortalezas, **construídos** em cidades como *Machu Picchu*. Eram todas construções adequadas a uma região sujeita a terremotos. Os incas trabalhavam os blocos de pedra, às vezes enormes, de duas maneiras: ajustando um a um os irregulares ou usando blocos retangulares ajustados e encaixados. Milhares de pessoas deviam trabalhar nas grandes obras. Calcula-se que 20 000 operários ergueram a fortaleza de *Sacsahuamán*, com blocos de pedra da altura de dois ou mais homens. Em *Ollantaytambo*, podem-se admirar os paredões de pedras maciças de 3 metros de altura.

Para alguns, os incas foram socialistas, pois a propriedade era comum, todos produziam e todos consumiam. Para outros, era um povo controlado por um governo despótico, com uma sociedade dividida em classes rigidamente separadas, em que uns poucos mandavam e a maioria obedecia.

Questões propostas

1. Onde e como se desenvolveu o império dos incas?
2. O que era o *ayllu* e de que forma ele concorreu para o desenvolvimento do império?
3. Como os incas organizavam a agricultura e que técnicas usavam para garantir uma boa produtividade?
4. Como funcionava o sistema de transporte e comunicação dos incas?
5. Como se dividia a sociedade inca e qual era a sua principal característica do ponto de vista das necessidades da população?

Capítulo 42

Povos pré-colombianos: os índios brasileiros

Também quando chegaram à América do Sul, os europeus a encontraram povoada. Pensando ter chegado às Índias, chamaram tais habitantes de índios, nome que permaneceu mesmo depois de percebido o engano.

1. Grupos e modo de vida

Um critério muito usado para classificar os indígenas é agrupá-los de acordo com a língua que falam. Os especialistas já analisaram mais de cem línguas faladas no Brasil, agrupadas em famílias; e estas, em troncos.

Existem três troncos principais conhecidos:

Tupi (8 famílias e 26 línguas);

Macro-Jê (5 famílias e 16 línguas);

Aruaque (2 famílias e 13 línguas).

As primeiras notícias sobre os índios brasileiros chegaram à Europa no século XVI. Eram histórias de viajantes, naufragos e missionários que viveram em aldeias litorâneas, entre grupos tupis. Os relatos generalizavam os traços culturais e, durante muito tempo, os índios brasileiros foram considerados todos iguais. Hoje sabemos que não formam um grupo homogêneo; apesar disso, podemos destacar certas características mais gerais.

A organização social básica é a *tribo*. Seus indivíduos ocupam aldeias próximas, falam a mesma língua, têm os mesmos costumes e estão ligados por forte sentimento de unidade. Certos grupos constroem as aldeias em forma de círculo; outros, em forma de ferradura. Outros, ainda, ocupam uma única habitação coletiva.

Os indígenas brasileiros praticam a coleta, a caça, a pesca e a agricultura. De modo geral, deslocam-se periodicamente, procurando conseguir recursos com maior facilidade. Os grupos que praticam a agricultura podem viver em aldeamentos maiores. Mais *sedentários*, podem se dedicar a atividades como fabricação de cerâmica e tecidos. Os não-agricultores precisam subdividir-se em bandos pequenos, para que o alimento conseguido na caça e na coleta seja suficiente para todos. Mais

nômades, não têm estímulo para produzir cerâmica, pois os recipientes de barro são incômodos para transportar. Além disso, a falta de produção agrícola e de animais domésticos resulta na falta de matéria-prima para tecer panos. Por isso, os povos coletores-caçadores quase sempre não dispõem de cerâmica nem de tecidos.

A *coivara* é a forma característica de preparação do terreno para o plantio. Consiste na derrubada e queima da mata. Geralmente, a roça pertence a toda a tribo. Mas costumam ser individuais os instrumentos de trabalho.

A divisão de trabalho baseia-se no sexo e na idade. Simplificadamente, podemos afirmar que são tarefas femininas:

- cuidar da roça, do plantio à colheita;
- coletar;
- fabricar farinha;
- fiar e tecer;
- fazer serviços domésticos e cuidar das crianças.

Em geral, os homens se responsabilizam principalmente por:

- derrubar o mato e preparar a terra;
- caçar e pescar;
- fabricar canoas e armas;
- construir casas;
- proteger velhos, mulheres e crianças;
- empreender expedições guerreiras.

Os casamentos se fazem, em geral, entre membros da mesma tribo. Os bororos dividem suas aldeias em metades cerimoniais, e os casamentos ocorrem entre indivíduos de metades diferentes. Algumas sociedades permitem a *poligamia*. Entre os nambiquaras, só os chefes são polígamos. Entre os xoclengues, coexistem uniões poligâmicas e monogâmicas, além do casamento grupal: cada homem casa com duas ou mais mulheres e estas casam com mais de um homem.

2. Equilíbrio com a natureza

O índio aprendeu a usar a natureza em seu benefício e a viver em equilíbrio com ela. Alguns de seus conhecimentos mais comuns:

Astronomia — Muitas tribos classificam as estrelas em constelações, que evidentemente não coincidem com as da moderna Astronomia. Os antigos tupinambás previam chuvas pelo aparecimento de certas estrelas e conheciam a correspondência entre marés e fases da lua.

Venenos de pesca — São sucos vegetais que, aplicados à água, intoxicam os peixes, facilitando a captura. Na América do Sul se conhece perto de setenta espécies de vegetais venenosos usados na pesca. No Brasil, o veneno mais conhecido é o timbó ou tingui.

Venenos de caça — O nome genérico *écurare*, usado por índios da Amazônia. Eles o colocam na ponta da flecha. O animal ferido fica paralisado e morre por asfixia.

Tapiragem — Processo para mudar a cor das penas. Há duas técnicas básicas: aplica-se à pele do pássaro uma substância, como sangue de certa rã ou faz-se o pássaro engolir uma substância, como água com urucu.

Borracha — Os índios fabricaram os primeiros objetos de borracha. Os nambiquaras, por exemplo, fazem uma bola de barro e nela espetam um canudo. Cobrem a bola com látex. Jogam água pelo canudo para dissolver o barro, que jogam fora. Retiram o canudo, fecham o buraco que ele deixa com látex e, assim, têm uma bola de borracha.

Os índios dispõem ainda de muitos conhecimentos, boa parte ligada à alimentação.

3. Arte e utilidade

A arte indígena se manifesta, geralmente, na fabricação de objetos que também têm utilidade no dia-a-dia. Outras manifestações estão ligadas a rituais e festas: pintura, arte plumária, cânticos, danças.

Pintura corporal — Os índios usam o vermelho do urucu, o azul-escuro do jenipapo, o preto do pó de carvão, o branco do calcário, para enfeitar o corpo. Em algumas tribos, como a dos craôs, a pintura corporal identifica o grupo social ao qual pertence o indivíduo.

Arte plumária — Os adornos de plumas são usados em ocasiões especiais, já que a confecção dá muito trabalho. Penas podem ser coladas ao corpo em cerimônias de iniciação, sagração de um chefe e outras. Também servem para fazer enfeites, como colares, brincos, braceletes, diademas, toucas, caudas, mantas.

Arte em pedra — Mais comum antes da chegada dos europeus, de modo especial entre os índios do litoral sul, que fabricavam utensílios

ou simplesmente esculpiam animais, como peixes e aves.

Arte em madeira — Um bom exemplo dessa manifestação artística ocorre no Alto Xingu, onde os índios esculpem em madeira banquinhos em forma de animais, máscaras, figuras humanas etc.

Trançado — Com variações de tribo para tribo, os índios usam o trançado para fabricar esteiras, redes e cestos de todo tipo.

Cerâmica — É famosa a cerâmica marajoara, mas os índios que a fabricavam desapareceram antes da chegada dos europeus. Os carajás se especializaram na arte de fazer bonecas, que representam cenas da vida diária. No Alto Xingu, os uaurás fabricam panelas, vasos em forma de animais ou redondos e outros objetos.

Pintura e desenho — Os motivos geralmente têm forma geométrica e estão ligados à cerâmica, cestaria ou ornamentação do corpo.

Música e dança — Podem aparecer juntas ou separadas, fazendo parte de ritos ou apenas servindo de divertimento. Em geral, homens e mulheres não dançam aos pares.

Teatro — As representações teatrais são mais frequentes entre os craôs. Na festa da batata, um grupo de palhaços repete os gestos de um deles, que atua como líder e toca o maracá; outras vezes, alguns representam a caça e outros, os caçadores.

4. O fim do mundo indígena

Assim como o branco procura explicações para a origem dos índios, estes também procuram entender como surgiu o homem branco. Os timbiras do sul do Maranhão e norte de Goiás, por exemplo, acreditam que os civilizados surgiram da transformação de um menino chamado *Aukê*, do tempo em que só havia índios.

Uma índia ficou grávida e, toda vez que tomava banho no ribeirão, o futuro filho saía de seu ventre e se transformava em animais, que ficavam brincando à beira da água. A mãe nada contava a ninguém. Ainda recém-nascido, *Aukê* se transformava em rapaz, homem adulto, velho. Todos temiam seus poderes sobrenaturais e, com a concordância do avô materno, resolveram matá-lo. Mas não conseguiam. O avô o empurrou do alto de um abismo, mas *Aukê* virou uma folha seca e caiu

devagarinho. Atirou-o numa fogueira e, quando foi lá buscar as cinzas do menino, encontrou uma casa de fazenda, com bois e outros animais domésticos. Aukê tinha se transformado no homem civilizado. Ordenou ao avô que trouxesse os outros habitantes da aldeia. Aukê os fez escolher entre o arco e a espingarda; os índios, com medo da espingarda, ficaram com o arco: por isso, permaneceram índios. Se tivessem escolhido a espingarda, teriam virado homens civilizados. Aukê chorou, com pena dos índios.

A história reflete a situação da região dos timbiras, onde os ricos são fazendeiros de gado, e tenta explicar a pobreza e a subordinação diante do branco. Na verdade, foi o processo colonizador que levou os índios a esse estado. Primeiro, foram cativados para o trabalho de exploração do *pau-brasil*, em troca de objetos que os fascinavam. Depois, veio a escravização e a tentativa de fazê-los trabalhar na *cana-de-açúcar*. Os brancos foram tomando-lhes as terras e submetendo os que não conseguiam fugir. Muitos morreram lutando ou vitimados por *doenças* trazidas pelo europeu, como varíola, tétano, tracoma, tifo, lepra, febre amarela, doenças pulmonares, sem falar na cárie que apodrecia suas bocas. Estudiosos acreditam que mais da metade da população aborígine da América, Austrália e ilhas oceânicas morreu logo no primeiro contato com o branco.

Os sobreviventes eram submetidos à descaracterização cultural através da catequese e da convivência com o branco. Perderam sua identidade e substituíram seus valores, crenças e costumes, transformando-se em seres marginalizados e explorados na sociedade dos brancos.

5. Situação atual

Calcula-se que, na época do Descobrimento, havia de 2 a 3 milhões de índios no Brasil. O número se reduziu a 230 000 em fins do século XX. Um levantamento do Conselho Indígena Missionário (Cimi) aponta esses números em 1980:

<i>Acre-Rondônia</i>	10 490
<i>Roraima-Amazonas</i>	72 026
<i>Pará-Amapá</i>	10 716
<i>Maranhão-Goiás</i>	9 578
<i>Mato Grosso (Norte e Sul)</i>	33 052

<i>Leste-Nordeste</i>	32 554
<i>Sul</i>	14 405
<i>Grupos arredios</i>	15 000
<i>Destribalizados</i>	30 000
<i>TOTAL</i>	227 801

A maioria encontra-se confinada em reservas, impostas sem levar em conta seus interesses e, muitas vezes, distantes de suas terras originais. São freqüentes os conflitos enfrentados pelos índios, quando tentam defender suas terras.

A partir da constatação de que seus direitos só serão respeitados se eles mesmos passarem a defendê-los, os indígenas brasileiros começaram a se organizar em anos recentes. O acesso de muitas lideranças à instrução e inclusive a cursos superiores facilitou o processo de organização, que culminou em 1980 com a fundação da União das Nações Indígenas (UNI), que tem por objetivo articular as duzentas nações do país. Surgiram vários líderes, como Mário Juruna (eleito deputado federal em 1982, o primeiro índio deputado da História do Brasil), Ângelo Cretã (assassinado em 1980), Marçal de Souza (assassinado em 1983), Raoni, Paulo Payakan, Davi Yanomami, Jorge Terena, Megaron e outros.

Questões propostas

1. Quais os principais grupos indígenas brasileiros?
2. O que é tribo?
3. Como os índios fazem a divisão de trabalho entre os sexos?
4. Descreva alguns dos conhecimentos indígenas.
5. Dê exemplos das manifestações artísticas dos índios.
6. Quais foram os resultados do contato dos índios com os brancos?
7. Quantos se calcula que sejam hoje os índios brasileiros? Quantos eram no início da colonização? Que têm feito os indígenas para que sejam respeitados?